

ÉLIDA LOPES MIRANDA

**INTERCÂMBIOS E DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E
AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M672i
2014 Miranda, Élide Lopes, 1981-
 Intercâmbios e diálogos entre educação do campo e
 agroecologia / Élide Lopes Miranda. - Viçosa, MG, 2014.
 xiv, 68f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador : Lourdes Helena da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f.60-64.

1. Educação do campo. 2. Agroecologia.
3. Representações sociais. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em
Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 370.91734

ÉLIDA LOPES MIRANDA

**INTERCÂMBIOS E DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E
AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 7 de janeiro de 2014.

Irene Maria Cardoso

Willer Araújo Barbosa

Lourdes Helena da Silva
(Orientadora)

Dedico este trabalho a Deus, aos povos do campo, aos meus pais, à minha orientadora e a todos que compartilham saberes na Educação do Campo e na Agroecologia.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...

João Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

No caminhar desta pesquisa, há muitas pessoas envolvidas. Assim, agradeço a tod@s pelas energias e vibrações enviadas. Agradeço a Deus pelas manhãs, pela força e coragem e pelas pessoas que estiveram ao meu lado.

Desde a graduação, tive na minha orientadora e amiga, a Professora Lourdes Helena, uma voz e um olhar marcantes. Ela me questionou, desafiou-me e sugeriu trilhas; me fez pensar e buscar, e buscar de novo, sempre numa atitude amorosa. A você, Lourdes Helena, o meu carinho e a minha manifestação de gratidão e admiração, pelo compartilhar de sonhos, conhecimentos, experiências e coragem – E não poderia deixar de dizer, sobretudo, pelo compromisso e pela dedicação a esta dissertação.

Aos professores participantes da banca de defesa de projetos e desta dissertação, por terem aceitado o convite e pelas significativas contribuições e pelos valiosos apontamentos para o aprimoramento deste trabalho.

À Professora Irene Cardoso, pela oportunidade de conhecer saberes e sabores da Agroecologia através do Projeto (Agro)Ecologia de Saberes na Zona da Mata mineira. Professora Irene, a sua história com o movimento da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais me encanta.

Ao Professor Willer, por, nos bastidores da vida acadêmica, estar nos “catucando”, questionando e anunciando o despertar da sensibilidade e o florescer de outros olhares.

Ao Professor Eduardo Simonini, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pelo apoio e pela dedicação ao Programa e aos seus mestrandos.

A todos os integrantes do Programa Observatório da Educação do Campo UFV/UFSJ/UEMG, pelas condições e possibilidades de reflexões, aprendizados, trocas de conhecimentos e amizades.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa-Ação Educação do Campo, Alternância e Reforma Agrária (ECARA) e do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO), pelos ricos momentos de diálogos, aprendizagens coletivas e reflexões.

Aos professores do PPGE, pelos ensinamentos, pela motivação nas disciplinas, no Estágio de Docência e no caminhar da pesquisa em desenvolvimento.

À nossa querida Eliane, Secretária do PPGE, pela dedicação constante, pelo carinho e pela paciência e amizade a tod@s as mestrand@s do PPGE.

Aos servidores do DPE, por atendem carinhosamente os estudantes de graduação e pós-graduação na correria de cada dia.

Aos meus pais, que se esforçaram para entender o processo do mestrado, pelo apoio, afeto e amor sempre presentes na minha vida.

Às minhas amigas Marlei, Edna, Milene, Aline, Fernanda Gomes e Fernanda Santana, por me ouvirem atenciosamente e me ajudarem a encontrar as trilhas no caminhar da vida.

Às minhas irmãs Edna, Ednéia e à minha sobrinha querida Letícia Lara, por estenderem os braços para a acolhida, pela torcida, pelo vibrar. Vocês são parte de mim.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de realizar a graduação e o mestrado.

Ao Programa Observatório da Educação do Campo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por terem concedido a bolsa de estudo para a realização desta pesquisa.

Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM), pela possibilidade de vivenciar uma rica experiência nos Intercâmbios Agroecológicos, pelo apoio e pela contribuição no desenvolvimento da pesquisa.

A meus colaboradores Irineu, Gilberto, Bim, Amauri, Romualdo, Fabrício, Alair, Marcelo e Marilane, pela valiosa ajuda, sem a qual a pesquisa de campo não seria possível.

Às organizações e movimentos sociais/sindicais do campo dos Municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz, pelo apoio e pela contribuição.

Às famílias agricultoras agroecológicas das terras das montanhas gerais, por terem compartilhado comigo seus saberes e sabores de que não se esquece jamais.

TERRAS DE ENCANTOS, CORES, FLORES E SABORES

Nas terras das montanhas gerais Araponga, Divino e Espera Feliz ecoa Agroecologia e Educação do Campo. Viva os sujeitos coletivos do Campo!

Nestas terras, as famílias agricultoras cultivam e preservam, folias, cirandas, poesias, contos, receitas, sabores, saberes e tudo com muita alegria. Viva a Cultura Popular!

Alegrias que vem das árvores, dos pássaros, das águas, das montanhas, das manhãs e do jeito de trabalhar e conviver com a natureza. E que beleza! Viva as Famílias Agricultoras e a Natureza!

Alegrias que vem dos Encontros, Amizades, Rodas de Prosa, Terreiros Culturais, Intercâmbios Agroecológicos e Trocas de Saberes. É preciso compartilhar. Viva os Saberes!

Alegrias que vem das lutas coletivas, do trabalho, da vida dos sujeitos do campo e de outros tantos que apoiam a Agroecologia e a Educação do Campo. E que alegria! Viva as Parcerias!

Nas terras das montanhas gerais há esperança, o despertar das crianças, o encanto da Juventude e do Palmito Juçara. Viva a Juventude e os Cuidadores das árvores de Juçara!

Nas terras das montanhas gerais tem o encanto das plantas medicinais, dos quintais, dos animais, das sementes crioulas, dos sabores e das receitas dos nossos ancestrais. E que alegria! Viva as Mulheres!

Nas terras das montanhas gerais tem café, bananas, verduras e legumes mandiocas, palmito Juçara, cará, milhos, feijões, batatas, amendoim, mel, rapadura, leite entre outros tantos alimentos, animais, árvores e flores. Há vida no solo, preservação das

nascentes, agrofloresta e muita gente cuidando da natureza. É que beleza! Viva a Mãe natureza! Viva a Diversidade!

Nas terras das montanhas gerais as famílias agricultoras trabalham nas sombras das árvores plantando flores, frutos, raízes e sementes. É minha gente! São crianças, jovens, mulheres e homens que convivem com a natureza de forma diferente. E que alegria! Viva a Agroecologia!

Nas terras das montanhas gerais os alimentos têm cores, sabores e vida. E veja ai, onde tem?! Nas famílias agricultoras, nas feiras, nas escolas, e tem muito mais! Tem diversidade, saúde, cultura e vintém!

Nas terras das montanhas gerais tem muita gente colhendo sabores e semeando saúde e semente. É minha gente! Lá tem mulheres e homens colhendo alimento pra muita gente. Nestas terras, as famílias agricultoras têm muito a nos ensinar - a Cultura Puri, Indígena e Camponesa e Popular possui saberes de muita grandeza.

Nas terras das montanhas gerais existem princípios e práticas que faltam para muitos de nós – coragem, diversidade, solidariedade, cooperação, respeito, amor à vida e à mãe natureza. Que beleza! Quanta Gentileza!

Nas terras das montanhas gerais as famílias agricultoras trabalham nas sombras das tantas árvores que tem por lá. E não dar para parar de trabalhar! São diversos saberes, sabores, trocas, práticas agroecológicas e sujeitos coletivos que lutam um tanto pelos direitos dos povos do campo.

Nas terras das montanhas gerais agrotóxico não tem lugar, porque as famílias agricultoras querem vida, alimentos saudáveis, cultura, Educação do Campo e poesia no ar. Que Alegria! Viva a Agroecologia!

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I.....	8
EDUCAÇÃO DO CAMPO: OUTROS CENÁRIOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO	8
1.1. O Movimento Nacional da Educação do Campo	8
1.2. Educação do campo e agroecologia: outra lógica de desenvolvimento, campo e sociedade.....	13
CAPITULO II	17
AGROECOLOGIA: PRÁTICA, CIÊNCIA E MOVIMENTO	17
2.1. O campo agroecológico no Brasil.....	18
2.2. Agroecologia ou Agroecologias?.....	23
CAPÍTULO III.....	26
INTERCÂMBIOS AGROECOLÓGICOS: FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS EM AGROECOLOGIA	26
3.1. Origens e Caracterização dos Intercâmbios Agroecológicos.....	26
3.2. Princípios, Concepções e Perspectiva Metodológica.....	30

	Página
CAPITULO IV.....	34
OS INTERCÂMBIOS AGROECOLÓGICOS: NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PARTICIPANTES	34
4.1. Caracterização das Famílias Participantes do Movimento da Agroecologia	35
4.2. Avaliações e Sugestões das Famílias Agricultoras sobre os Intercâmbios.....	40
CAPITULO V	49
AGROECOLOGIA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AGRICULTORES DOS INTERCÂMBIOS AGROECOLÓGICOS.....	49
5.1. Agroecologia: agricultura sustentável e conservação da natureza.....	50
5.2. Agroecologia: integração homem-natureza-sociedade	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS.....	64

LISTA DE SIGLAS

- ABA – Agroecologia – Associação Brasileira de Agroecologia
- ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAC – Campesino a Campesino
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
- ECARA – Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Alternância e Reforma Agrária
- EOCA – Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo
- MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
- PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- UFV – Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

MIRANDA, Élide Lopes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, janeiro de 2014. **Intercâmbios e diálogos entre educação do campo e agroecologia.** Orientadora: Lourdes Helena da Silva.

Nas últimas duas décadas, o movimento Nacional da Educação do Campo tem-se afirmado na sociedade brasileira por um conjunto de lutas sociais e práticas educativas em defesa de outro paradigma de educação, escola e projeto: desenvolvimento de campo e de sociedade. Um dos desafios do movimento tem sido o desenvolvimento de práticas educativas que rompam com os modelos de ciência e privilegia o modo de produção capitalista. Na Educação do Campo, a agroecologia enquanto matriz técnico-científica inovadora tem assumido dimensão central nas reflexões e práticas do movimento. Todavia, não foram identificados estudos que aprofundassem especificamente a temática da agroecologia no campo da Educação do Campo. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais e as práticas educativas dos Intercâmbios Agroecológicos enquanto experiência educativa de articulação da Educação do Campo e Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. Em termos metodológicos, assumiram-se os pressupostos da abordagem da pesquisa qualitativa, envolvendo a conjugação dos procedimentos técnicos da análise documental, observação participante, aplicação de questionário e realização de entrevistas. Este estudo encontra-se organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda o Movimento Nacional da Educação do Campo, e o segundo capítulo

versa sobre a constituição do campo agroecológico no Brasil. No terceiro capítulo, apresentam-se os Intercâmbios Agroecológicos em seus princípios, concepções e perspectiva metodológica e, posteriormente, a caracterização dos Intercâmbios Agroecológico na ótica das famílias agricultoras, com destaque para as suas avaliações/considerações sobre os Intercâmbios Agroecológicos. No último capítulo, buscou-se apresentar e analisar as representações sociais sobre agroecologia construídas pelos agricultores dos Intercâmbios Agroecológicos da Zona da Mata de Minas Gerais. No processo de análise das representações sociais, foram localizadas duas lógicas centrais, que orientam a compreensão dos agricultores sobre agroecologia. Uma está ancorada nas noções de diversidade, preservação e redução de insumos agrícolas, em que se identifica uma representação de agroecologia como agricultura sustentável, construída por uma relação agricultor-natureza orientada pelo respeito e cuidado, entre outros. E a representação de agroecologia, compreendida como estilo de vida, na qual, mais que a relação agricultor-natureza, se destaca uma dimensão que envolve as relações dos agricultores entre si e com a sociedade. Na especificidade das representações sociais dos agricultores sobre agroecologia, este estudo revela um conjunto de compreensões e significados que, por sua vez, traz contribuições para ações futuras do movimento agroecológico na região.

ABSTRACT

MIRANDA, Élide Lopes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, January, 2014. **Exchanges and dialogues between the field and agroecology education.** Adviser: Lourdes Helena da Silva.

In the last two decades, the National Movement of Rural Education has stated in Brazilian society through a range of social struggles and educational practices in defense of another paradigm of education, school design and field development and society. One of the challenges of the movement has been the development of educational practices that break with the models of science based on the capitalist mode of production. Under the Rural Education agroecology as an innovative scientific-technical matrix, has assumed a central dimension in the reflections and movement practices. However, we did not identify studies that specifically deepen the theme of agroecology in the field of Rural Education. The present study was aimed to analyze the social representations and practices of educational exchanges Agroecological as an educational experience articulation of Field Education and Agroecology in the Mata of Minas Gerais State. In methodological terms we assume the assumptions of the qualitative research approach, involving the combination of technical procedures of documentary, bibliographical analysis, participant observation, a questionnaire and interviews. The product of this research was structured into five chapters, the first chapter addresses the National Movement of Rural Education versa and the second chapter of the constitution of agroecological

field in Brazil. In the third chapter, we present the Interchange Agroecological in its principles, concepts and methodological perspective, and subsequently the characterization of the optical Exchanges Agroecological farming families especially their assessments/observations on the Agroecological exchanges. In the last chapter, we seek to present and analyze the social representations of agroecology built by farmers of Agroecological exchanges da Mata of Minas Gerais State. In the analysis of social representations process locate two central logics that guide the understanding of farmers about agroecology. An anchored in notions of diversity, conservation and reducing agricultural inputs, we identified a representation of agroecology as sustainable agriculture, built by a farmer-nature relationship guided by respect, care, among others. And another representation of agroecology understood as a lifestyle in which more than the farmer-nature relationship, highlights a dimension which involves the relationship between the farmers themselves and the society. Specificity of social representations farmers about agroecology, our study reveals a set of understandings and meanings that, in turn, brings contributions to future actions of the agroecological movement in the region.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo e a Agroecologia expressam em minha história uma correlação de funções: estudos, superações, aprendizados e, principalmente, vivências e convivências que fomentaram o processo de realização desta pesquisa.

O contato com a Educação do Campo e com a Agroecologia ocorreu em função das atividades de pesquisa e de extensão realizadas durante a minha graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), inicialmente pela inserção no Grupo de Pesquisa-Ação Educação do Campo, Alternância e Reforma Agrária (ECARA) e, posteriormente, como bolsista do Programa de Estudos (Agro)Ecologia dos Saberes/CNPq¹ e como colaboradora do Programa Observatório da Educação do Campo/CAPES², realizado em parceria pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFV/UEMG/UFSJ.

Nas ações articuladas entre o Programa Observatório da Educação do Campo, o Projeto (Agro)Ecologia de Saberes na Zona da Mata mineira e, mais recentemente, no processo de criação do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO), muitas reflexões e relações foram construídas coletivamente, contribuindo para ampliar e fortalecer o debate, as práticas e a articulação da Educação do Campo e da Agroecologia na UFV.

¹ Projeto (Agro)Ecologia de Saberes. Edital nº 58/2010 CNPq/MDA/SAF, 2010.

² Programa Observatório da Educação do Campo/CAPES/INEP, Edital nº 038/2010.

Esta pesquisa emergiu justamente das ações e inspirações tecidas coletivamente nesta trajetória acadêmica e que, por sua vez, contribuíram para florescer e reforçar em minha vida pessoal o compromisso e crença no potencial da Educação do Campo e da Agroecologia em nossa sociedade. A partir de então, diversas ações, reflexões e relações foram sendo gestadas nos diferentes espaços que historicamente têm potencializado e ampliado as experiências de Educação do Campo e de Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais e, pela perspectiva dialógica e emancipatória assumidas, contribuindo para fortalecer o protagonismo dos movimentos sociais/sindicais na região. Entre o conjunto das iniciativas, identificaram-se os Intercâmbios Agroecológicos, desenvolvidos através da parceria entre organizações e movimentos sociais, CTA-ZM e UFV, como experiência significativa que tem como base de sustentação princípios da Educação Popular, a Educação do Campo e a Agroecologia.

No âmbito dos movimentos sociais populares do campo, especialmente do movimento Nacional da Educação do Campo, Michelotti e Guerra (2010) destacaram que a agroecologia tem sido temática recorrente em diversas experiências educativas. Nesse aspecto, também Santos et al. (2010) ressaltaram que no interior do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) existe uma demanda crescente dos movimentos sociais e sindicais do campo pelos cursos de formação em Agroecologia. Assim, identificou-se que tem sido crescente, no âmbito das ações da Educação do Campo, o número de experiências educativas, em diversos níveis de ensino – fundamental, médio, técnico profissionalizante, superior e pós-graduação –, que incorporaram o enfoque agroecológico em seus projetos pedagógicos. São experiências educativas que, em comum, assumem a agroecologia como matriz inovadora na construção de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade (MICHELOTTI; GUERRA, 2010).

A respeito desse fenômeno, autores como Santos et al. (2010) enfatizaram que na maioria dos projetos do PRONERA “a Agroecologia tem sido considerada como base de uma nova matriz científico-técnica”. Apesar disso, esses autores consideraram também que “a agroecologia nos projetos do PRONERA precisa ganhar qualificação, para não correr o risco de ser abordada de forma reducionista e estática” (MICHELOTTI; GUERRA, 2010, p. 115).

Se, de um lado, autores como Santos et al. (2010), Michelotti e Guerra (2010) e Molina et al. (2009) indicaram tanto a inserção da agroecologia em diversos

projetos do PRONERA quanto o número crescente de práticas educativas com ênfase na agroecologia, por outro lado ainda não existem estudos que aprofundam especificamente a temática da Agroecologia no campo da Educação do Campo.

Em relação ao campo agroecológico no Brasil, pode-se destacar que na última década a Agroecologia vem ganhando cada vez mais legitimidade e reconhecimento na sociedade, conquistando novos espaços no meio acadêmico, na sociedade civil, na esfera política e no campo educacional. Conforme destacado anteriormente, é crescente o número de cursos de níveis médio e superior de Agroecologia ou com ênfase em Agroecologia (VILLAR et al., 2013; GOMES, 2009). No entanto, ainda não há consenso em torno de um conceito de agroecologia, existindo na literatura especializada várias interpretações de agroecologia, às vezes coexistindo em um mesmo campo de conhecimento. Assim, pode-se afirmar que, atualmente, existe uma diversidade de significados de agroecologia: se para autores como Wezel et al. (2009) o termo agroecologia pode ser entendido como “uma disciplina científica, práticas agrícolas e movimento social” (WEZEL et al., 2009, p. 3), para outros como Almeida (2002), Guhur e Toná (2012) e Cardoso (2010) não existe um conceito ou uma definição única de Agroecologia; o termo comporta variações e interpretações diversas e divergentes. Portanto, assumindo que há várias definições, perspectivas, práticas e representações sociais sobre a Agroecologia, é possível afirmar, também, que a Agroecologia é um termo em disputa e tem gerado diferentes interpretações.

É justamente desse contexto que surgem as questões orientadoras deste estudo: quais são as representações sociais de agroecologia dos agricultores dos Intercâmbios Agroecológicos? O que essas representações e as avaliações construídas pelos agricultores revelam sobre os processos e práticas da formação em Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais? Como se caracteriza essa experiência de articulação da Educação do Campo e Agroecologia?

Na busca de responder a essas questões, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as representações sociais e as práticas educativas dos Intercâmbios Agroecológicos, enquanto experiência de articulação da Educação do Campo e Agroecologia em desenvolvimento. Buscou-se ainda, como objetivos específicos, caracterizar os Intercâmbios Agroecológicos em seus aspectos históricos, princípios e perspectiva metodológica; analisar os Intercâmbios Agroecológicos na perspectiva das famílias agricultoras agroecológicas participantes; e desvelar as representações sociais de agroecologia dos agricultores dos Intercâmbios Agroecológicos e

identificar perspectivas para o fortalecimento da Educação do Campo e da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais.

Na realização desses objetivos, a metodologia delineada assumiu os pressupostos da abordagem da pesquisa qualitativa, envolvendo a conjugação dos procedimentos técnicos da análise documental, observação participante, aplicação de questionário e realização de entrevistas. A análise de documentos, segundo Ludke e André (1986), é fundamental na pesquisa no sentido de complementar informações obtidas por outras técnicas e desvelar novos elementos acerca do campo de estudo. A partir da análise dos documentos do acervo do CTA-ZM e da UFV (teses, dissertações, projetos, artigos científicos, livros, relatórios, boletins, cartilhas e projetos), procedeu-se à caracterização dos Intercâmbios Agroecológicos, aspectos históricos, princípios e perspectiva metodológica.

A observação participante foi realizada no período de maio de 2012 a novembro de 2013, no acompanhamento das atividades dos Intercâmbios Agroecológicos que ocorreram nos Municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz, assim como no acompanhamento de outros espaços de promoção do conhecimento agroecológico, a exemplo da Troca de Saberes³, da Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata⁴ e Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA), entre outros. Além disso, fez-se o registro em diário de campo das observações, que tiveram papel fundamental na caracterização dos Intercâmbios Agroecológicos e, juntamente com as entrevistas, permitiram compreender a dinâmica de funcionamento dos Intercâmbios Agroecológicos.

³A Troca de Saberes é uma estratégia pedagógica de extensão universitária, cuja origem remonta ao Programa Teia, que, financiado pelo MEC/SESu, instituiu, desde 2009, na UFV, a Troca de Saberes em parceria com a Assessoria de Movimentos Sociais da UFV, CTA-ZM, as organizações sindicais e os movimentos sociais e culturais da região. A Troca de Saberes tem como proposta integrar e articular diferentes projetos de extensão da UFV, orientados pelos princípios do fortalecimento de práticas de extensão dialógicas, com maior participação dos sujeitos sociais, assim como de interligação das atividades de extensão-ensino-pesquisa. Para tanto, tem como referência a utilização de metodologias participativas, com destaque para a pesquisa-ação, Círculo de Cultura, a interdisciplinaridade, entre outros (MIRANDA et al., 2012).

⁴ A Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata Mineira realizada em 2013 caracterizou a primeira Caravana Agroecológica como parte das etapas de preparação para o III Encontro Nacional de Agroecologia. Essa Caravana teve como propósito que as redes e organizações de determinados territórios se preparassem para apresentar e debater a realidade da disputa territorial com diferentes delegações compostas por agricultores e agricultoras, representantes de povos e comunidades tradicionais e assessores/as e vindas de outras regiões do mesmo Estado ou de Estados próximos. Além de fomentar ambientes para o debate entre as organizações da ANA, oportunizar a produção de materiais para amplos segmentos da sociedade, das experiências territoriais visitadas e sistematização dos debates realizados. Ver Caderno do Participante “Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata Mineira – rumo ao III ENA, realizado no período de 21 a 24/05/2013 (CTA-ZM, 2013).

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, Minayo (1996) sugeriu que eles tenham características, experiências e expressões que se pretenda conhecer, em número suficiente para permitir a reincidência de informações. Sob essa orientação, consideraram-se os critérios de uma amostra intencional (THIOLLENT, 1986), selecionam-se as famílias agricultoras participantes dos Intercâmbios Agroecológicos e que estavam envolvidos diretamente com as organizações e movimentos sociais em atividades voltadas para a comunicação do conhecimento agroecológico na região. Assim, do universo de 21 municípios integrantes das ações do CTA-ZM, optou-se por realizar a pesquisa de campo nos Municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz, por serem localidades onde os Intercâmbios Agroecológicos têm sido desenvolvidos nos últimos cinco anos. Outro fator que estimulou a escolha desses municípios se refere à participação da autora desta dissertação nos Intercâmbios Agroecológicos no ano 2011, enquanto bolsista do Projeto Agroecologia dos Saberes/CNPq. Vale destacar que essa inserção foi fundamental no processo de constituição da amostra e na aplicação dos questionários e realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com 10 famílias agricultoras residentes de comunidades do campo nos Municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz. Entre os meses de agosto e novembro de 2013, foram visitadas 15 famílias agricultoras. A aplicação de questionário e a realização de entrevistas foram realizadas com 10 famílias, em que no momento das entrevistas as famílias receberam informações sobre as normas estabelecidas pelo Comitê de Ética da UFV (ANEXO I), podendo tirar suas dúvidas sobre o processo de realização da pesquisa, assim como se posicionarem diante da proposta deste estudo.

Os dados foram, assim, coletados a partir da análise de documentos sobre os Intercâmbios Agroecológicos, da aplicação de questionários e da realização de entrevistas semiestruturadas com as famílias agricultoras. Especificamente em relação à entrevista, ela foi organizada em um roteiro contendo três temas: I) experiência e inserção no movimento da Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais; II) Intercâmbios Agroecológicos; e III) Agroecologia. Nas entrevistas com as famílias agricultoras, o contato prévio ocorreu por meio dos sindicatos locais e de visitas a residências das famílias agricultoras, nas quais foi apresentada a pesquisa, bem como agendados o dia e o horário de acordo com a disponibilidade das famílias agricultoras. Essa estratégia de mobilização foi fundamental, pois o público-alvo da pesquisa tem relação de confiança e de trabalho com as organizações. Além disso, o

contato anterior com as famílias agricultoras também facilitou o agendamento das visitas e potencializou o diálogo entre entrevistados e a entrevistadora. É importante ressaltar que tanto a realização das entrevistas quanto a aplicação dos questionários aconteceram simultaneamente na residência das famílias agricultoras, com duração de aproximadamente 3 a 5 h.

Quanto à etapa da interpretação e análise dos dados, utilizou-se o Método Análise de Conteúdos proposto por Bardin (1977), que, por ele possuir rigor metodológico, apresentou um caminho de possibilidades diversas de análises, fornecendo indicadores úteis aos propósitos da pesquisa, tanto na perspectiva de reconstituição dos Intercâmbios Agroecológicos quanto na identificação e análise das representações sociais. Especificamente na análise das representações sociais, empregou-se o procedimento da análise temática, levando em consideração os polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, descritos por Bardin (1977).

A Teoria das Representações Sociais, por sua vez, ajudou a compreender os significados e práticas de Agroecologia engendradas nos Intercâmbios Agroecológicos. Nesse sentido, a opção por esse referencial teórico-metodológico justificou-se pelo fato de ele possibilitar “relacionar processos simbólicos, práticas e interações sociais, em uma perspectiva capaz de captar e teorizar a dialética entre o sujeito individual e a realidade do mundo social” (JODELET, 2001, p. 17). As representações sociais são, assim, instrumentos importantes para a compreensão da dinâmica dos grupos sociais, dos intragrupos e das relações do indivíduo no seu ambiente social.

É importante ressaltar que, durante a realização da pesquisa de campo, houve a oportunidade de conhecer mais as propriedades e as atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras; ouvir seus relatos sobre a dinâmica das famílias, os experimentos realizados, os desafios e as expectativas e a oportunidade de saborear uma grande variedade de produtos agroecológicos. Além disso, o processo de idas e vindas entre agendar e realizar as entrevistas propiciou o desenvolver da capacidade da escuta, do compartilhar, assim como a busca por respostas para as demandas apresentadas pelas famílias agricultoras. Esse processo possibilitou ecoar transformações na minha vida pessoal e profissional, pela possibilidade de desconstrução, desordem e pelo movimento constante que estimularam um campo pulsante de questionamentos, expectativas, demandas, saberes e sonhos.

Acrescente-se ainda que, como desdobramento das atividades da pesquisa de campo, foi realizado no mês de novembro de 2013 um Intercâmbio Agroecológico Regional no Município de Araponga sobre o tema gerador “palmito-juçara”, como uma das respostas às demandas das famílias agricultoras, havendo, ainda, a distribuição de mudas e sementes entre essas famílias.

No intuito de apresentar o conjunto dos dados e as análises construídas sobre os objetivos propostos, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o Movimento Nacional da Educação do Campo, destacando os princípios de compromisso de construção de outro paradigma de educação, de escola e de projeto de desenvolvimento, de campo e de sociedade. No segundo capítulo, discorre-se sobre a temática da Agroecologia, resgatando em revisão da literatura, discussão sobre a constituição do campo agroecológico no Brasil e diferentes interpretações, conceitos e abordagens sobre a agroecologia. Nesse processo de consolidação de outro projeto de desenvolvimento, de campo e de sociedade que a agroecologia assume papel importante como estratégia potencial do movimento da Educação do Campo. No terceiro capítulo, apresenta-se a caracterização dos Intercâmbios Agroecológicos em suas origens, princípios, concepções e perspectiva metodológica. O quarto capítulo traz uma discussão dos Intercâmbios Agroecológicos na ótica das famílias agricultoras, em que a primeira parte se refere à caracterização das famílias e da participação no movimento da Agroecologia. A segunda parte corresponde às avaliações/considerações das famílias agricultoras sobre os Intercâmbios Agroecológicos.

Finalizando, no quinto capítulo, expressa-se o desejo de que esta dissertação, em suas descrições e análises em torno das representações e práticas de formação das famílias agricultoras em agroecologia, assim como a construção do movimento agroecológico e da Educação do Campo na Zona da Mata Minas Gerais, possa revelar indícios e, ou, estratégias que possam ser utilizadas na afirmação e consolidação Intercâmbios Agroecológicos de outro projeto de desenvolvimento, de campo e de sociedade.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DO CAMPO: OUTROS CENÁRIOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Nas terras das montanhas gerais, Araçuaia, Divino e Espera Feliz ecoam Agroecologia e Educação do Campo. Viva os sujeitos coletivos do Campo!

1.1. O Movimento Nacional da Educação do Campo

Durante décadas da história educacional brasileira, a educação no meio rural foi predominantemente realizada no âmbito da escolarização formal. Todavia, a partir da década de 1950 outros espaços educativos emergem em consequência da mobilização e fortalecimento das organizações sociais e populares do campo. Nesse período, os princípios da Educação Popular impulsionaram novas formas do fazer educativo e outra concepção de mundo, na qual o camponês é reconhecido como sujeito do desenvolvimento e o campo como espaço de vida, de trabalho, de cultura e de transformação (PALUDO, 2006; SILVA, 2006; CALDART, 2008).

Desde as suas origens, a Educação Popular reconhece os movimentos populares de luta por direitos como espaços formadores, reconhecendo, também, que a vivência organizativa e de luta é uma vivência formadora. Segundo Paludo (2008), a Educação Popular constituiu, ao mesmo tempo, uma ação cultural, um movimento popular e uma teoria da educação. São esses princípios fundantes da Educação Popular que, por sua vez, irão contribuir para fornecer a sustentação ao movimento

da Educação do Campo que emergiu no cenário educacional brasileiro no final da década de 1990 (PALUDO, 2008; SILVA, 2006).

Com suas raízes na Educação Popular, o movimento da Educação do Campo emerge, assim, como proposta de uma educação dialógica, vinculada à realidade dos povos do campo, visando desenvolver processos educativos emancipatórios em articulação com os movimentos sociais do campo e afirmando a complexidade e diversidade dos sujeitos sociais do campo em nossa sociedade (FERNANDES et al., 2008).

A Educação do Campo surgiu, portanto, vinculada aos trabalhadores do campo, particularmente aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, todavia sujeitos sociais dispostos a reagir e a lutar por melhores condições de vida no campo. Assim, diferentemente da educação rural que tradicionalmente esteve presente em nossa sociedade, a Educação do Campo é uma construção dos sujeitos coletivos do campo, em suas práticas sociais e modos de produção de vida, trabalho e cultura que compõem a diversidade do campo (CALDART, 2000; 2009).

Nesse sentido, Caldart (2009) reconheceu a Educação do Campo como um novo paradigma de educação no meio rural, no qual o projeto político pedagógico é concebido a partir das lutas e das experiências gestadas pelos movimentos sociais/sindicais do campo. Trata-se de um projeto político pedagógico que deve dialogar, sobretudo, com uma pedagogia crítica, não sendo desvinculado da luta pela justiça, igualdade social e emancipação da classe trabalhadora. Essa autora destacou, ainda, três referências que considera como prioritárias na construção do paradigma da Educação do Campo. São elas: o pensamento pedagógico socialista e suas contribuições para pensar a relação trabalho e educação na realidade particular dos sujeitos do campo; a Pedagogia do Oprimido e o conhecimento pedagógico decorrente das experiências da Educação Popular, com ênfase na teoria de Paulo Freire; e a Pedagogia do Movimento que, como reflexão teórica mais recente e que também dialoga com as perspectivas teóricas anteriores, reconhece as experiências educativas dos movimentos sociais como orientadoras de um conjunto de práticas educativas.

Vale destacar que a Educação do Campo é fruto da dinâmica histórica desenvolvida pelos movimentos sociais/sindicais do campo, campo esse que, segundo Caldart (2008, p. 17), “é o campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos; campo das tensões e

contradições”. Assim, como ressaltou Caldart (2000; 2009), a Educação do Campo expressa o conjunto das lutas dos movimentos sociais populares, com a finalidade de constituir uma educação voltada para o contexto camponês. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de educação bastante distinta da educação rural. Aliás, essa mudança de nomenclatura “Rural” para “do Campo” é cheia de significados. A diferença entre a educação rural e a educação do campo está relacionada com o projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. Assim, enquanto a primeira concepção está correlacionada com o “modelo de modernização do campo”, com base no capitalismo e no agronegócio, a concepção da Educação do Campo defende o modelo de desenvolvimento sustentável construído a partir dos sujeitos coletivos do campo, considerando, entre outras, as dimensões agrária, agrícola, ambiental, social, política e cultural (MOLINA et al., 2009; FERNANDES, 2006).

Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. Por essas razões é que afirmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida (FERNANDES; MOLINA, 2008, p. 63).

Nesse sentido, a Educação do Campo constitui, então, denúncia da situação dos sujeitos coletivos do campo, a partir de processos de lutas sociais, de reflexões coletivas e de práticas educativas articuladas com as lutas dos movimentos sociais/sindicais do campo, nos quais a educação integra um projeto político e social. “A concepção de educação está vinculada à concepção de campo” (ARROYO et al., 2005, p. 25), que, por sua vez, não pode ser aquela da agricultura capitalista expressa hoje no agronegócio. “Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele” (CALDART, 2000, p. 64). Por isso, a Educação do Campo vincula-se diretamente ao desenvolvimento do território camponês, pensado a partir dos seus próprios sujeitos e com a intervenção deles; daí a expressão “do campo” e não “para o povo do campo”.

Desde a sua origem, o movimento da Educação do Campo tem lutado por políticas educativas que garantam aos sujeitos do campo o direito à educação *no* e *do* campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem

direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (ARROYO et al., 2005, p. 27). Nesse sentido, o movimento da educação do campo é um movimento que defende as necessidades objetivas dos trabalhadores do campo, reivindicando um projeto de desenvolvimento de campo que seja pautado na sustentabilidade, na valorização dos conhecimentos e nos modos de produção de vida dos povos do campo (FERNANDES; MOLINA, 2002).

Nesses termos, o movimento da Educação do Campo vincula a luta pela educação ao conjunto das lutas sociais pela transformação das condições de vida no campo, valorizando os modos de produção de vida e de trabalho dos sujeitos coletivos e compreendendo o campo como lugar de construção de novas possibilidades de reprodução sociocultural e de desenvolvimento sustentável (CARDART, 2008; MOLINA, 2011; VENDRAMINI, 2011). Compreendendo o *campo* como espaço de vida, de cultura e de conhecimento, no qual os camponeses têm direito a condições dignas de permanência na terra; a Educação do Campo combina a luta pela educação com luta pela terra, pela reforma agrária e pelo direito ao trabalho e à cultura (FERNANDES; MOLINA, 2004). Em suas lutas, a Educação do Campo assume como princípios centrais o seu vínculo de origem com as lutas sociais camponesas; a contestação do modelo de agricultura capitalista que combina hoje, no Brasil, latifúndio e agronegócio; a luta pela superação da visão dicotômica entre o urbano e o rural. Além disso, superando a visão reducionista de educação como preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, a Educação do Campo assume no debate sobre desenvolvimento uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente ainda predominante em nosso país (CALDART, 2009).

Especificamente, destaca-se que a Educação do Campo, em que Molina et al. (2010) afirmaram em seus postulados a necessidade de construção de outro projeto de desenvolvimento do campo para a sociedade brasileira, orientado para a busca da garantia das condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, de poder e de conhecimento. A Educação do Campo tenciona, portanto, o rompimento com os “pacotes”, tanto agrícolas quanto educacionais (FERNANDES; MOLINA, 2004)

Afirmando que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, a Educação do Campo tem sido assumida como “um novo paradigma, que valoriza o trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições e

cultura como práxis” (SOUZA, 2010, p. 44). Nesse aspecto, uma Educação do Campo que se pretenda superadora tem como exigência ser uma educação que “tenha em si um projeto de mudança, que possibilite o desenvolvimento total, completo, em todos os sentidos, das potencialidades humanas: intelectuais, artísticas, produtivas e corporais” (VENDRAMINI, 2009, p. 103).

Sob esses princípios e concepções, o movimento da Educação do Campo tem, nos últimos 15 anos, conquistado espaço na agenda política nacional desenvolvendo diversas ações. Entre elas, destaca-se a realização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, realizado em 1997, promovido pelo MST em parceria com UNESCO, UNICEF, UNB e CNBB; a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998; a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998; a criação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo no Ministério da Educação (MEC), em 2003; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 abril de 2008, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo; o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que permitiu a Educação do Campo na condição potencial de política de Estado; o lançamento do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), em 2012; a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), em 2010; e entre outros programas e projetos construídos por meio de parcerias entre universidades públicas e governos Estaduais e Federal. Articulados nessas ações, o movimento da Educação do Campo também tem realizado um conjunto de eventos científicos, a exemplo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Educação do Campo, Seminários Estaduais de Educação do Campo, Fóruns Estaduais de Educação do Campo, entre outros.

Um instrumento importante nesse processo da construção do movimento da Educação do Campo é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que, nas últimas duas décadas, tem-se tornado estratégia de democratização do acesso à escolarização para os trabalhadores das áreas de reforma agrária no país. Desde 1998, o PRONERA vem inaugurando experiências educacionais inovadoras e necessárias ao desenvolvimento sustentável do campo. Ao longo desse período, 500 mil trabalhadores rurais se escolarizaram em diferentes níveis de ensino: da alfabetização de adultos, passando pela conclusão do ensino fundamental e médio, cursos técnicos e profissionalizantes e cursos superiores em diversas áreas. Nesse processo, foram mais de 60 universidades parceiras dos

movimentos sociais/sindicais do campo e mais de 200 convênios firmados no âmbito do PRONERA (MOLINA; FREITAS, 2012).

A experiência do PRONERA, na análise de vários pesquisadores da área, trouxe inúmeras contribuições para a Educação do Campo (SANTOS, 2011; JESUS; MOLINA, 2011; CALDART, 2009; MUNARIM, 2010; MICHELOTTI; GUERRA, 2011). Para esses autores, o aporte do PRONERA ao avanço da Educação do Campo pode ser confirmado a partir dos diferentes cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* para os assentados da Reforma Agrária. Como exemplo, pode-se citar: a Especialização em Administração de Cooperativas; e Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia, em parceria com diferentes instituições de ensino superior no país. Ao longo desses anos de construção da Educação do Campo, a experiência do PRONERA acumulou um conjunto de experiências significativas na perspectiva de avançar na implementação de outro projeto de desenvolvimento de campo e sociedade (SANTOS et al., 2012).

1.2. Educação do campo e agroecologia: outra lógica de desenvolvimento, campo e sociedade

Nas últimas duas décadas, o movimento Nacional da Educação do Campo tem-se afirmado na sociedade brasileira por um conjunto de lutas sociais e práticas educativas em defesa de um novo paradigma de educação e de escola do campo, assim como na afirmação de outro projeto desenvolvimento de campo e de sociedade (MOLINA et al., 2010).

Um dos desafios da Educação do Campo refere-se à reflexão sobre os processos de formação humana, tendo por base os processos produtivos e as formas de trabalho próprias do campo (CALDART, 2008). Assim, o Movimento da Educação do Campo tem buscado desenvolver práticas educativas que rompam com os modelos de ciência que serviram de base para estruturar o modo de produção capitalista na agricultura (CALDART, 2008; VENDRAMINI, 2010; MOLINA et al., 2010).

Um dos fundamentos centrais da Educação do Campo refere-se à articulação de seus postulados ao entendimento da necessidade de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. Projeto esse que busque a garantia das

condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, poder e conhecimento.

A especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre educação, deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do contexto no qual ela se enraíza. Sua base de sustentação é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é espaço de vida, de produção de relações sociais, de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que nele vivem. No movimento da Educação do Campo, a luta pela reforma agrária está vinculada à luta pela educação. Segundo Arroyo (2012, p. 87), a disputa pela terra é mais do que pela terra, “porque terra é mais do que terra. Terra é vida, trabalho, é disputa entre processos civilizatórios. Aqui, toda disputa por terra, trabalho, vida toca em cheio com a educação, humanização dos povos que trabalham e disputam a terra”.

Por isso, as reflexões sobre Educação do Campo são indissociáveis do debate sobre a geração de outro projeto de sociedade sobre a mudança do modelo de desenvolvimento brasileiro e sobre o papel do campo nesse modelo. Pensar a educação do campo vinculada a outro projeto de desenvolvimento do campo e de sociedade é um processo contraditório, de tensão permanente entre realidade e projeto, entre o campo real e aquele que deseja construir, especialmente, nesse momento histórico da sociedade brasileira (MUNARIM, 2012; MOLINA; FREITAS, 2012; CALDART, 2010). Entre os vários argumentos dos diversos autores, Michelotti (2008, p. 89) justificou a necessidade de expansão da educação do campo pela “[...] a forte ofensiva do agronegócio, que coloca em risco diversas conquistas históricas da reforma agrária e exige uma resposta dos sujeitos do campo em várias dimensões, inclusive na da produção”.

É nesse contexto histórico que os estudiosos da área compreendem a potencialidade formadora da experiência de Educação do Campo desenvolvida em parceria com os Movimentos Sociais e universidades, alguns deles destacando que “São lógicas diferentes que se ‘oxigenam’ porque se tencionam reciprocamente” (CALDART, 2008, p. 40). Nessa relação, as experiências de Educação do Campo que assumem o enfoque agroecológico desempenham papel importante, possibilitando “Diálogo de Saberes” e reflexão crítica do modelo hegemônico de agricultura presente em nossa sociedade.

Nesse contexto, a agroecologia vem sendo pautada como ferramenta significativa na geração de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. No âmbito do PRONERA, Agroecologia enquanto matriz técnico-científica inovadora assume dimensão central nas reflexões e práticas do movimento da Educação do Campo (MOLINA; FREITAS, 2012; MICHELOTTI; GUERRA, 2011). Autores como Michelotti e Guerra (2011) descreveram que, no âmbito do PRONERA, a demanda e ampliação dos cursos de ensino médio e pós-médio com ênfase em Agroecologia vêm contribuindo para criar uma nova perspectiva, tanto na formação quanto na reorganização de um novo modelo de produção e de matriz tecnológica.

No ensino superior também existem projetos e programas que assumem a agroecologia como eixo orientador de suas propostas educativas, a exemplo do Programa Residência Agrária desenvolvido pelo PRONERA no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, mais recentemente, da implementação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em agroecologia, desenvolvidos pela SECADi, no âmbito do Ministério da Educação (CALDART, 2010; ROCHA-ANTUNES, 2011; MOLINA et al., 2009).

A experiência do PRONERA pode, dessa forma, ser vista como estímulo importante na busca de novos paradigmas científicos para a experiência de Educação do Campo e Agroecologia. Ao mesmo tempo, também pode ser compreendida por fortalecer um engajamento efetivo de diferentes segmentos sociais da sociedade na geração compartilhada de um novo saber – o saber agroecológico popular como afirmação de outro projeto de desenvolvimento do campo brasileiro.

Vale destacar que a Educação do Campo e o PRONERA institucionalmente tencionam o modelo hegemônico de agricultura a partir de novos saberes capazes de gerar práticas educativas inovadoras e, inclusive, de influenciar práticas tradicionais com novos métodos, currículos e formas de pensar e agir com sustentabilidade. No entanto, conforme destacaram autores como Michelotti e Guerra (2011), a agroecologia não pode ser vista como a introdução de conceitos isoladamente nem tampouco pode ser considerada como substituição de técnicas convencionais por outras alternativas. Mais que isso, torna-se necessário que as experiências educativas gerem um movimento no campo teórico-prático de ruptura com a matriz técnico-científica e, conseqüentemente, de afirmação da agroecologia.

Nesse aspecto, Caldart (2008) chamou a atenção para não se perder de vista a existência de dois projetos em disputa de desenvolvimento de campo, confronto e enfrentamento em nossa sociedade: um, que expressa o agronegócio que degrada o meio ambiente, explora e exclui os trabalhadores do campo e com uma visão hegemônica de modelo de agricultura; e outro, que preconiza a agricultura familiar camponesa e a agroecologia.

De acordo com Caldart (2009), os camponeses organizados nos movimentos sociais resistem a esse projeto de “desenvolvimento rural”, ao modelo tecnológico e às relações sociais e de trabalho que ele impõe. Em seu lugar, os movimentos trabalham na perspectiva de afirmação de um “projeto popular de desenvolvimento do campo”, compreendendo, com isso, que a economia e a tecnologia devem estar a serviço do atendimento das necessidades humanas e não do capital.

No Movimento Nacional da Educação do Campo, o projeto popular de desenvolvimento do campo assume a Soberania Alimentar como princípio organizador de uma nova agricultura; a Reforma Agrária integral como forma de reverter o processo de expulsão dos povos do campo e disponibilizar a terra para a produção de alimentos; uma nova matriz produtiva e tecnológica, que combina produtividade do trabalho com sustentabilidade socioambiental, o que inclui a opção pela agroecologia; o princípio da cooperação para organizar a produção; e o avanço na organização política dos sujeitos coletivos do campo (SANTOS et al., 2010; MICHELOTTI; GUERRA, 2011).

CAPÍTULO II

AGROECOLOGIA: PRÁTICA, CIÊNCIA E MOVIMENTO

Nas terras das montanhas gerais, as famílias agricultoras trabalham nas sombras das árvores plantando flores, frutos, raízes e sementes. É minha gente! São crianças, jovens, mulheres e homens que convivem com a natureza de forma diferente. E que alegria! Viva a Agroecologia!

Neste capítulo, apresenta-se o campo agroecológico, assim como se buscou caracterizar o campo agroecológico no Brasil, cuja base de sustentação compreende organizações e movimentos sociais/sindicais do campo, ONGs e universidades. Nesse contexto, abordam-se as definições de agroecologia, tanto na literatura especializada quanto nos segmentos sociais envolvidos na promoção da agroecologia em nossa sociedade.

A partir da Segunda Guerra Mundial, muitos países aderiram ao pacote da *Revolução Verde*, cuja meta era o aumento da produtividade agrícola em escala mundial, por meio de intensa utilização de agrotóxicos, da expansão dos sistemas de irrigação e da mecanização agrícola pesada, além da concentração de terra e das monoculturas. Esse fenômeno desencadeou vários impactos socioambientais, assim como estimulou várias reflexões em torno das questões sociais, políticas, culturais, ambientais e das matrizes produtivas capitalistas, cujo foco é o avanço do agronegócio (GRZYBOWSKI, 1987), na busca de reverter um quadro da crise socioambiental, que a ciência não tem conseguido encontrar respostas. É nesse contexto que se insere a Agroecologia, que, como ciência, tem buscado o

desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, visando superar a distinção entre a produção do conhecimento e a sua aplicação (GUHUR; TONÁ, 2012). No entanto, é importante ressaltar que a agroecologia não emerge do campo científico; sua origem é tão antiga quanto as origens da agricultura tradicional, indígena ou camponesa, com sistemas agrícolas complexos constituídos de saberes tradicionais gerados e difundidos entre várias gerações (GOMES; MEDEIROS, 2009).

2.1. O campo agroecológico no Brasil

Não é possível a compreensão da constituição do campo agroecológico no Brasil desvinculado dos impactos, tensões e contradições provocados pela modernização da agricultura em nossa sociedade, assim como das lutas dos povos do campo em busca de alternativas e estratégias de resistência e sobrevivência no campo brasileiro.

O modelo de modernização da agricultura implantado no Brasil buscou homogeneizar os padrões de produção agrícola, independentemente das relações sociais e produtivas existentes historicamente em nossa sociedade. Assim, além de ter ocasionado impactos sociais e ambientais, foi um processo que ocasionou, de um lado, a expulsão de inúmeros agricultores e trabalhadores do campo e, de outro, a resistência e mobilização desses sujeitos sociais na luta por melhores condições de vida e de trabalho no campo (GRZYBOWSKI, 1987).

Essa resistência materializou-se, entre outras, na emergência e, ou, consolidação dos movimentos sociais/sindicais do campo, na organização do movimento ambientalista dos anos de 1970, na realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa nos anos de 1980, na articulação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA) e no aparecimento de diversas iniciativas de experimentação e organização de base voltada para a dispersão de práticas agrícolas alternativas (PETERSEN; ALMEIDA, 2004; LUZZI, 2007; SCHMITT, 2013). Particularmente, a emergência das práticas agrícolas foram motivadas pela organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, fomentando processos reflexivos, saberes e práticas organizativas, possibilitaram um terreno fértil para a promoção da Agricultura Alternativa (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Nesse contexto, o papel das ONGs na consolidação e afirmação de práticas agroecológicas é destacado por Benthien (2007), que reconheceu a contribuição das

ONGs tanto pela formação de grupos de assessoramento e acompanhamento aos agricultores em uma melhor compreensão sobre os agroecossistemas quanto pelo desenvolvimento das experiências agroecológicas em diversas regiões brasileiras, assim como na participação em processos de elaboração de políticas de promoção da agricultura familiar. Assim, de acordo com Wezel et al. (2009), a emergência do campo agroecológico no Brasil ocorreu com a presença de diferentes movimentos sociais que, criados na década de 1970, a partir de uma avaliação crítica dos efeitos da modernização agrícola, buscavam implementar práticas agrícolas alternativas.

A construção da agroecologia teve, dessa forma, início de maneira mais sistemática com a articulação das ações inovadoras das ONGs, movimentos sociais, contando, ainda, com a participação de um setor mais intelectualizado da sociedade brasileira que, pioneiros⁵ na crítica à Revolução Verde, permanecem como referências importantes da agroecologia nos dias atuais. Desse conjunto de integrantes do movimento em defesa da agroecologia emerge uma visão “ecolibertária”, cuja ideia central foi “a descentralização da economia, do poder e do espaço social, alinhada aos ideais de justiça social e respeito ao meio ambiente, difundidas pelo nome de agroecologia”. A agroecologia surgia, portanto, como nova proposta para a promoção da sustentabilidade e fortalecimento da agricultura familiar brasileira (ALMEIDA, 1999, p. 92-93).

Após 20 anos da emergência no Brasil, a década de 1990 marcou uma nova fase, na qual a agroecologia se afirma como referência conceitual e metodológica importante em nossa sociedade. E nesse sentido contribuíram, nesse processo, a tradução e publicação no Brasil da obra “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” (ALTIERI, 1989), a introdução do conceito de agroecossistema, contribuindo para avançar o debate nos grupos de agricultura alternativa, assim como o fato de o enfoque agroecológico ter sido incorporado como base do movimento da Agroecologia no Brasil (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Aliás, a incorporação do enfoque agroecológico constitui um marco importante na passagem de uma concepção de agroecologia centrada na difusão de técnicas alternativas-adubação verde, utilização de caldas, entre outras; para uma abordagem que concebia o agroecossistema como unidade de análise e intervenção (LUZZI, 2007; SCHMITT, 2013). Acrescenta-se, ainda, a articulação entre ONGs

⁵ José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Sebastião Pinheiro (ver PAULO PETERSEN, 2012).

brasileiras e organizações internacionais que possibilitaram a abordagem agroecológica e novos horizontes para o desenvolvimento de metodologias e práticas agroecológicas inovadoras (VILLAR et al., 2013).

Particularmente no meio acadêmico, o I Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002, teve papel importante na promoção da rearticulação nacional da agroecologia na sociedade brasileira. Esse evento reuniu diversas organizações e movimentos sociais do campo, trazendo para o debate e cena os agricultores familiares e suas experiências concretas na promoção da agroecologia. Essa dinâmica possibilitou que as diversas experiências espalhadas pelo país pudessem ser compartilhadas, ganhando visibilidades em espaços diferenciados da sociedade. Acrescenta-se ainda, nesse processo de consolidação do conhecimento acadêmico, científico e empírico em Agroecologia, a realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia. Esses dois eventos acadêmicos possibilitaram duas conquistas significativas para a agroecologia no cenário nacional: a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA⁶) em 2002; e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-AGROECOLOGIA), em 2004 (LUZZI, 2007; PETERSEN et al., 2009; VILLAR et al., 2013).

Segundo Luzzi (2007), a criação da ANA, enquanto uma rede nacional, representa importante conquista para o movimento agroecológico, à medida que envolve a participação de uma diversidade de organizações e movimentos sociais que, a despeito das características e interesses também diversos, têm em comum a luta pela defesa da agroecologia e da agricultura familiar camponesa em nossa sociedade. A ANA tem como propósito fortalecer as reflexões sobre as experiências⁷ de agroecologia na sociedade brasileira, fomentando e construindo propostas de políticas públicas para uma agricultura mais sustentável, com a participação dos sujeitos do campo, seus movimentos sociais, entre outros (LOVO, 2010).

A criação da ABA-Agroecologia, por sua vez, teve orientação para assumir o desafio de manutenção e fortalecimento de espaços acadêmico-científicos, como congressos e seminários, entre outros, na promoção da divulgação do conhecimento

⁶ A ANA reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (www.agroecologia.org.br).

⁷ São 728 experiências de agroecologia registradas, atualmente, no banco de dados da agroecologia em rede: <www.agroecologiaemrede.org.br>.

agroecológico construído de forma participativa, assim como do diálogo com a sociedade e proposição de políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos enfrentados pelo movimento da Agroecologia em nossa sociedade (ABA, 2012).

Acrescentam-se ainda, no âmbito da ANA e da ABA-Agroecologia, as constantes e crescentes iniciativas de inovação sociopolítica e metodológica. Além disso, têm-se a aproximação entre essas duas organizações como um dos fatores de contribuição para o fortalecimento do movimento agroecológico na sociedade brasileira e a construção de novas relações com o poder público. Nesse contexto, o movimento agroecológico tem assumido a compreensão de que o enfrentamento do modelo hegemônico de agricultura é, antes de tudo, um desafio no plano político (PETERSEN, 2008; PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; SOGLIO, 2013; LUZZI, 2007).

Nesse processo histórico de articulações e parcerias, o movimento agroecológico tem, assim, realizado várias conquistas e avanços no cenário nacional, a exemplo do reconhecimento da agroecologia enquanto ciência pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a publicação do Marco Referencial em 2006; a constituição dos núcleos de agroecologia e de grupos de pesquisas em diversas universidades e institutos de ensino superior; e o reconhecimento pelo Ministério da Educação dos cursos de agroecologia em níveis médio e superior, assim como o reconhecimento dos cursos de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); entre outros. Particularmente, em relação aos cursos de formação, atualmente existem diversos cursos, de Tecnólogo e Bacharel em Agroecologia, passando por cursos de pós-graduação nas modalidades *lato e stricto sensu*, além de programas de doutorado no campo de conhecimento da Agroecologia (VILLAR et al., 2013). Além disso, diversos movimentos sociais/sindicais do campo têm incorporado a agroecologia como estratégia política e, assim, implementado ações na promoção da agroecologia. Por exemplo, entre outros, a Via Campesina, que realizou em 2002 a I Jornada de Agroecologia “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos” e, em 2003, por ocasião do III Fórum Social Mundial, lançou a Campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”; o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que promoveu em 2007 a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis; a implementação de diversos cursos de formação em agroecologia nos centros de

formação do MST; a Marcha das Margaridas, organizada pela CONTAG, que, no ano 2011, teve como reivindicação o fortalecimento da Agroecologia no seio da agricultura familiar, impulsionando, assim, ações para a criação da Política Nacional de Agroecologia (GUHUR; TONÁ, 2012; VILLAR et al., 2013).

Recentemente, a agroecologia também conquistou espaço na agenda política nacional, com a aprovação do Decreto 7.794/2012 (DOU, 21/08/2012), que instituiu no ano 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica⁸ (PNAPO), formulada, de forma participativa, pelos representantes de entidades e movimentos sociais/sindicais do campo, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), ABA-Agroecologia e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), além de técnicos de vários Ministérios e órgãos públicos federais (MDA, 2013). Essa conquista histórica do movimento da agroecologia no Brasil é marcada pelo encontro dos diversos segmentos e movimentos sociais que, na luta pela defesa e afirmação da agroecologia, tem nos últimos anos fomentado espaços de diálogos e reflexões acerca do enfoque agroecológico.

Para Petersen et al. (2013), a PNAPO constitui, na atualidade brasileira, uma incomparável oportunidade para as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais envolvidos com a proposta agroecológica canalizarem forças para exercerem pressão política na esfera governamental, visando fazer que a agroecologia se estabeleça no campo social, político e científico com uma estratégia de consolidação de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade.

Enfim, interessa aqui destacar que, nos últimos 15 anos, o campo agroecológico vem sendo constituído por diversos segmentos e movimentos sociais, por meio de lutas, resistência e persistência do campesinato, visando reduzir os impactos do processo de apropriação das riquezas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio (PETERSEN et al., 2009). Nesse contexto, a agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social representa estratégia importante para o desenvolvimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

⁸ A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) tem como objetivos integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (DECRETO N° 7.794, de 20 de agosto de 2012).

Entretanto, é importante ressaltar que a implementação da PNAPO se configura em um campo das tensões e contradições em nossa sociedade, dada a existência de dois projetos de desenvolvimento de campo e de sociedade que se encontram em disputa no cenário nacional: o agroNEGÓCIO *versus* a agriCULTURA. Enquanto o primeiro assume o modelo de produção que resultou em uma matriz tecnológica, universalizada, controlada pelas empresas, o que configura, atualmente, uma etapa ainda mais violenta do que foi a chamada “revolução verde” (FERNANDES, 2006, 2012). Já o segundo projeto expressa um compromisso com a agricultura familiar camponesa do século XXI, que inclui a agroecologia como uma de suas estratégias de desenvolvimento. Também na Educação do Campo, a agroecologia tem sido ferramenta importante para a afirmação de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. Em seus 15 anos de existência, o movimento da Educação do Campo tem incorporado o enfoque agroecológico ao conjunto de seus projetos e programas, principalmente no âmbito das experiências do PRONERA, desenvolvidos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e do PROCAMPO, vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

2.2. Agroecologia ou Agroecologias?

Se na atualidade o Brasil é exaltado pelos ideólogos da modernização agrícola como uma das maiores potências agrícolas mundiais (“um milagre agrícola do Brasil”), ele também tem sido reconhecido como um dos países de destaque na realização de um conjunto de ações na promoção da agroecologia, da agricultura familiar camponesa e da segurança alimentar. São concepções distintas de desenvolvimento, cujo enfrentamento delas ocorre em um campo marcado por tensões, contradições e conquistas. É crescente, em todo o país, o número de trabalhadores e organizações e movimentos sociais que compreendem que a Agroecologia se configura na capacidade política de transformação (GOMES; ALMEIDA, 2009).

Uma característica marcante da Agroecologia no Brasil é, assim, seu vínculo pela defesa da agricultura familiar camponesa como base social sustentável de desenvolvimento rural. Sob esse aspecto, autores como Caporal e Costabeber (2002), Benthien (2007) e Luzzi (2007) destacaram a importância da Agroecologia na re(construção) do meio rural brasileiro como espaço de vida e de reprodução social,

bem como no estabelecimento das bases de um novo paradigma de desenvolvimento social e de sustentabilidade dos agroecossistemas.

Atualmente, há uma diversidade de segmentos e movimentos sociais envolvidos na promoção e ampliação da Agroecologia na esfera política, no meio científico e no campo educacional, nos quais essa ciência vem sendo incorporada em suas múltiplas formas de expressão. De acordo como Gomes (2006), o crescente e paulatino reconhecimento da Agroecologia no cenário nacional têm sido acompanhados por diferentes compreensões a respeito dessa matéria. Nesse aspecto, Wezel et al. (2009) reconheceram que há, atualmente, certa confusão no uso do termo "agroecologia", o qual depende, fortemente, da evolução histórica e epistemológica que fornecem a base para a compreensão da Agroecologia, seja como uma ciência, seja como movimento e, ou, como prática. No Brasil, todas as três interpretações de Agroecologia ocorrem, embora com predominância de Agroecologia como movimento e prática. Vale ressaltar que o termo agroecologia, enquanto movimento, teve seu emprego iniciado somente na década de 1990, quando a palavra começou a ser utilizada para expressar uma nova maneira de considerar a agricultura e as suas relações com a sociedade (WEZEL et al., 2009; VILLAR et al., 2013). Para Moreira (2003), o termo agroecologia tem sido utilizado amplamente associado à noção de agricultura sustentável ou referindo-se a determinadas práticas agrícolas relacionadas a modelos tecnológicos que se baseiam na diminuição de impactos ao meio ambiente, em que se constata uma polissemia em relação ao termo.

No âmbito dos movimentos sociais vinculados à Via Campesina, entretanto, o termo agroecologia engloba “o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 58). Nessa perspectiva, a agroecologia é entendida como estratégia na construção de uma sociedade de agricultores livres e integrados para a conservação da vida em sociedade. Assim, o propósito maior não é o lucro e, sim, a emancipação humana. Portanto, no âmbito do MST, identificou-se uma compreensão de agroecologia com ênfase na dimensão socioambiental, mais especificamente como o “estudo holístico dos agroecossistemas que focaliza a forma, a dinâmica e as funções dos conjuntos das inter-relações e de processos nos quais esses elementos estão envolvidos, constituídos, assim, numa grande teia” (MST, 2009, p. 7). Para o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), por sua vez, a agroecologia é “compreendida como ferramenta importante para contribuir no processo de interpretação da realidade e sua

transformação coletivamente” (GUHUR; TONÁ, 2012; SCHMITT, 2013, p. 181). Enfim, o que interessa destacar é que, a partir da inserção e prática dos movimentos sociais/sindicais do campo, uma concepção ampliada de agroecologia começa a emergir no cenário nacional (GUHUR; TONÁ, 2012). São movimentos que compreendem a agroecologia como parte de suas estratégias de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza.

Nesse aspecto, autores como Arl (2008), Schmitt (2013) e Sauer (2010) afirmaram que agroecologia se configura como uma mobilização social que possibilita a criação de uma nova racionalidade que, pautada em critérios de conservação da biodiversidade, equidade social e diversidade cultural, beneficia as comunidades locais envolvidas na relação e interação homem-natureza. Assim, é possível identificar que uma abordagem popular da agroecologia vem sendo construída na agricultura familiar camponesa, nas suas organizações e movimentos sociais/sindicais do campo. Nessa abordagem, a agroecologia assume a perspectiva de partilhar a construção de novas condições e relações socioeconômicas entre os sujeitos do campo, possuindo, também, uma dimensão estratégica de resistência, sobrevivência e, sobretudo, de enfrentamento do agronegócio. Sob essa lógica, a agroecologia assume também uma dimensão de luta política que, em sua prática, revela que é possível viver, sobreviver e conviver com a natureza de outras formas. Assim, todas as ações que integram “os processos formativos e de organização política são partes de uma mesma lógica, a da luta popular, cujos sujeitos históricos são os trabalhadores” (ARL, 2008, p. 166).

Finalizando, interessa aqui destacar que o termo agroecologia expressa múltiplos significados, não existindo um conceito único de agroecologia e, sim, compreensões diversas que orientam o enfoque agroecológico, seja no meio acadêmico, no interior das práticas agroecológicas, na esfera política, no âmbito das organizações e movimentos sociais, como também no campo educacional. Assim, destaca-se como um dos espaços de difusão da agroecologia o Movimento Nacional da Educação do Campo que, nos últimos 15 anos, tem incorporado o enfoque agroecológico em seus projetos e programas educacionais, tornando a agroecologia ferramenta importante na configuração de outro projeto de desenvolvimento, de campo, de educação e de sociedade.

CAPÍTULO III

INTERCÂMBIOS AGROECOLÓGICOS: FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS EM AGROECOLOGIA

*Nas terras das montanhas gerais há esperança,
o despertar das crianças, o encanto da
Juventude e do Palmito-Juçara. Viva a
Juventude e os Cuidadores das árvores de
Juçara!*

Neste capítulo, apresentam-se os Intercâmbios Agroecológicos em sua caracterização histórica, princípios, concepções e perspectiva metodológica, de maneira a destacar a dimensão educativa e suas bases no legado da Educação Popular.

3.1. Origens e Caracterização dos Intercâmbios Agroecológicos

Na Zona da Mata de Minas Gerais, a construção da agroecologia remonta à década de 1980, quando ainda se utilizava o termo agricultura alternativa. Desde as suas origens, o movimento da agroecologia na região tem sido marcado pela articulação estabelecida entre agricultores familiares e suas organizações e movimentos sociais/sindicais do campo – o CTA-ZM e a UFV, especialmente os Departamentos de Solos e de Educação (CARDOSO; FERRARI, 2006). É dessa parceria histórica que a agroecologia tem sido consolidada na região, buscando avançar como enfoque científico e metodológico (CARDOSO; MANCIO, 2010).

Na última década têm sido crescentes a articulação, mobilização e parceria dos sujeitos do campo com instituições de ensino na difusão de experiências em agroecologia. Nesse contexto, o CTA-ZM, em parceria com a UFV e as organizações e movimentos sociais/sindicais do Campo, tem ampliado suas iniciativas, com o objetivo de dar visibilidade às experiências em agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais, tendo como base os conhecimentos das famílias agricultoras (CTA-ZM, 2013). Assim, vários projetos têm sido implementados e executados na área de abrangência do CTA-ZM (Figura 1), com os objetivos de dar visibilidade às práticas agroecológicas em curso na região, potencializar novas parcerias na difusão da agroecologia e, assim, compartilhar os diversos saberes engendrados nesse movimento.



Figura 1 – Área de abrangência do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.

Fonte: Arquivo CTA-ZM.

O movimento agroecológico na região vem aprendendo coletivamente a implementar um processo educativo, a partir da relação dialógica entre os diferentes sujeitos, orientado pelo resgate e valorização dos saberes populares, numa dinâmica

marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos e na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados: os saberes agroecológicos.

É importante destacar o papel do CTA-ZM nesse processo, uma ONG que há quase 30 anos realiza ações voltadas para o desenvolvimento da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. Na especificidade do processo de formação das famílias agricultoras, a implementação e realização dos Intercâmbios têm sido uma das estratégias de difusão de conhecimentos agroecológicos, favorecendo maior inter-relação e articulação entre as atividades desenvolvidas pelo CTA-ZM e organizações e movimentos sociais/sindicais do campo (MOREIRA et al., 2007).

Além das parcerias regionais, o CTA-ZM ao longo de sua história tem na articulação com Redes Nacionais e Internacionais de Agroecologia uma das formas de apoio para superação dos desafios enfrentados, principalmente aqueles de natureza metodológica. Foi dessa articulação que, a partir de 2007, os Intercâmbios Agroecológicos foram incorporados como estratégia de construção e fortalecimento da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM, 2008). Assim, criado com o propósito de ampliar as experiências em agroecologia com base nos conhecimentos e práticas das famílias agricultoras, os Intercâmbios Agroecológicos têm sido uma das principais estratégias do CTA-ZM para a promoção da agroecologia na região. Essa experiência de formação das famílias agricultoras em agroecologia tem seus fundamentos na metodologia denominada Campesino-Campesino⁹ (CAC), desenvolvida nos países da América Central (CTA-ZM, 2008; COSTA et al., 2011; ZANELLI et al., 2013).

Na sua fase inicial, os Intercâmbios Agroecológicos envolveu cerca de 50 famílias agricultoras em quatro municípios da Zona da Mata: Divino, Espera Feliz, Acaiaca e Araponga, além de estudantes das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), professores e estudantes da UFV e técnicos do CTA-ZM (MOREIRA et al., 2009). Atualmente, os Intercâmbios Agroecológicos estão sendo desenvolvidos nos seguintes municípios da região: Araponga, Caparaó, Divino e Espera Feliz; além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, envolve a participação de outras organizações e entidades, como Associações de Agricultores Familiares, Cooperativas de Crédito Solidário, Associações de Escolas Famílias Agrícolas, Grupos de Jovens Rurais, Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Cooperativas de Produção,

⁹ Alguns autores utilizam a denominação camponês a camponês (Ver MACHÍN SOSA et al., 2012).

Associações de Terapeutas Naturais, a fora os representantes de Pastorais de Igreja e de Comunidade Quilombola, entre outros. Nessa perspectiva, o trabalho de promoção da agroecologia está associado à luta por direitos e pela participação dos agricultores familiares na formulação e implantação de políticas públicas, além de geração de metodologias e propostas de ação cada vez mais complexas de envolvimento da sociedade civil (ZANELLI et al., 2013).

Nas parcerias construídas ao longo do processo de consolidação do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais, foram sendo acumuladas experiências e práticas que, utilizando metodologias participativas na realização de assistência técnica, extensão rural e também da pesquisa, produziram resultados significativos, sobretudo, em relação ao uso de técnicas de manejo em sistemas de produção sustentável (COSTA et al., 2011; MOREIRA et al., 2009).

Os Intercâmbios Agroecológicos, na sua proposta de formação das famílias agricultoras em agroecologia, têm como base os conhecimentos e as práticas das próprias famílias agricultoras envolvidas com a promoção do conhecimento agroecológico. Assim, no desenvolvimento dos Intercâmbios, o respeito, o resgate e a valorização dos conhecimentos das famílias agricultoras são considerados essenciais no processo de criar e recriar os saberes agroecológicos que, por sua vez, são construídos dialogicamente. O dialógico, na perspectiva de Paulo Freire, pressupõe um pensar com em vez do pensar por ou pensar sobre as pessoas; constituindo a “condição básica para o conhecimento” (FREIRE, 1978, p. 96), possibilitando a busca e difusão conjunta de novos conhecimentos, num entrelaçamento entre os saberes populares e científicos (RIBEIRO; BARBOSA, 2005).

Portanto, na realização dos Intercâmbios Agroecológicos, torna-se de fundamental importância a participação das famílias agricultoras que, com seus relatos, dúvidas e questionamentos, favorecem a integração das pessoas e dos seus saberes. Assim, como “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende; outro, que aprendendo ensina” (FREIRE, 1987, p. 77), os Intercâmbios Agroecológicos favorecem a geração de um diálogo com aqueles que estão experienciando, desvelando e recriando práticas e conhecimentos agroecológicos.

3.2. Princípios, Concepções e Perspectiva Metodológica

Os Intercâmbios Agroecológicos constituem uma estratégia educativa, cuja metodologia articula diversos procedimentos técnicos para a análise integral dos agroecossistemas, como os Diagnósticos Rápidos Participativos, a Caminhada Transversal, História de Vida e Círculos de Cultura, entre outros dispositivos pautados nos princípios, tanto da metodologia Campesino a Campesino (CAC) quanto da Educação Popular, sob a inspiração das ideias de Paulo Freire. Nessa conjugação, a metodologia do CAC é adaptada à realidade local e recriada coletivamente, com envolvimento direto dos sujeitos, organizações e movimentos sociais/sindicais do campo, orientada para a problematização das questões e desafios vivenciados pelos agricultores, visando à busca coletiva de alternativas para a superação dos problemas (ZANELLI et al., 2013). Nesse contexto, os dispositivos metodológicos são fundamentais no cotidiano dos Intercâmbios, visando alcançar a sustentabilidade, a participação e a gestão democrática nas famílias agricultoras.

O CAC é um método participativo, baseado nas necessidades das famílias agricultoras, sua cultura e condições ambientais que, por sua vez, desencadeiam conhecimentos, entusiasmo e protagonismo como a maneira de descobrir, reconhecer, aproveitar e socializar os conhecimentos da família e da comunidade (MACHÍN SOSA et al., 2012). Um princípio fundamental da CAC é que as famílias agricultoras estão mais propensas a acreditar e desenvolver determinada ação que outras, que já estão tendo sucesso na sua utilização, do que desenvolver determinada alternativa sugerida por um técnico e, ou, um agrônomo. Assim, torna-se mais efetivo o desenvolvimento de ações e práticas quando as famílias agricultoras podem conhecer e compartilhar em suas comunidades os conhecimentos e práticas agroecológicos.

Nesse aspecto, é fundamental que famílias agricultoras sejam protagonistas nos processos de geração e partilha de saberes e de tecnologias. O sucesso da metodologia CAC encontra-se exatamente nos processos e vivências do “descobrir, reconhecer, aproveitar e socializar o rico acervo de conhecimentos das famílias e comunidades agrícolas, ligado às suas condições históricas concretas e à sua própria identidade” (MACHÍN SOSA et al., 2012, p. 67).

Nos Intercâmbios Agroecológicos desenvolvidos na Zona de Minas Gerais, a articulação dos saberes e experiências agroecológicas com as suas condições

históricas das famílias agricultoras tem sido potencializada com o Círculo de Cultura, que, por sua vez, constitui outra metodologia que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos Intercâmbios Agroecológicos. Baseada nos referenciais da Educação Popular, essa articulação visa fomentar as múltiplas linguagens criadoras de novos saberes e modos de interação. Sua utilização nos Intercâmbios Agroecológicos tem possibilitado momentos de exercícios dialógicos na promoção dos conhecimentos, socialização de práticas e experiências em agroecologia. Nesse contexto, o Círculo de Cultura, mais que uma simples metodologia, torna-se diretriz central de uma experiência que compreende que o aprendizado maior é o aprender a “dizer a sua palavra” (FREIRE, 1987).

A Caminhada Transversal, também denominada Caminhada pela Propriedade, enquanto técnica para a análise dos agroecossistemas de forma integral tem como propósito fomentar elementos de descoberta, de reflexão e de problematização. Realizada através da construção de um mapa com a caracterização da propriedade e utilizando elementos presentes no local, a Caminhada possibilita uma visão espacial do sistema visitado (MOREIRA et al., 2009). Constituindo um elemento central dos Intercâmbios e orientada para a observação da dinâmica dos sistemas produtivos, essa estratégia metodológica proporciona aos participantes um confronto, em campo, entre suas próprias práticas e as experiências observadas, permitindo uma abordagem das informações de forma dialógica, na qual o saber popular e técnico é confrontado, gerando reflexões construtivas (MOREIRA et al., 2009). Assim, realizada coletivamente, as Caminhadas possibilitam espaços de trocas das experiências, de técnicas de manejo, de usos dos recursos, enfim, espaços e situações de partilha de conhecimentos. Um princípio importante dessa metodologia é a interação entre famílias agricultoras com envolvimento anterior no movimento da agroecologia com aqueles agricultores que estão em fase inicial de inserção no movimento, de maneira a garantir o compartilhamento de informações e das práticas a partir de diferentes desafios enfrentados pelo conjunto dos participantes (ZANELLI et al., 2013).

Articulado à Caminhada, a utilização da técnica da História Oral nos Intercâmbios Agroecológicos tem como objetivo o resgate e valorização da cultura local e da identidade familiar, assim como a integração da família com todos os integrantes dos Intercâmbios Agroecológicos. É nesse sentido que, normalmente, o ponto de partida das atividades se dá com a apresentação da História de Vida da

família agricultora que está realizando o Intercâmbio em sua propriedade. Essa apresentação da História de Vida da família permite a emergência de diversos temas, como a luta pela conquista da terra, as dificuldades e desafios enfrentados, assim como as conquistas e superações da família na resistência e sobrevivência no campo; revelando, muitas vezes, técnicas de manejo já em extinção, dimensões e aspectos da estrutura e história familiar, mão de obra, entre outros tantos aspectos da vida produtiva e sociofamiliar (MOREIRA et al., 2009; COSTA et al., 2011).

Os Círculos de Cultura, por sua vez, são utilizados para a socialização e sistematização dos saberes e experiências que emergem nos Intercâmbios Agroecológicos. Buscando ser provocativo e instigando questionamentos, a partir do princípio de Paulo Freire como dialogicidade, nos Círculos de Cultura as famílias agricultoras têm a oportunidade de exporem e confrontarem suas ideias, dúvidas, questões e, ou, sugestões, numa dinâmica na qual o pensar, refletir e avaliar se realizem coletivamente.

Em síntese, os Intercâmbios Agroecológicos, a partir dos princípios da metodologia CAC e da Educação Popular, desenvolvem-se numa dinâmica que articula a História de Vida das famílias agricultoras; Caminhada pela Propriedade e Círculo de Cultura – envolvendo a problematização do tema proposto e as observações da propriedade; socialização dos saberes e experiências; e finalizando com uma avaliação do Intercâmbio Agroecológico pelos participantes. Sob essa perspectiva metodológica, são momentos formativos nos quais as famílias agricultoras têm a oportunidade de compartilhar suas histórias de vida, as atividades e as práticas desenvolvidas na propriedade, bem como trocar e compartilhar saberes, práticas e experiências a partir do agroecossistema visitado e de seus modos de produção de vida, trabalho e cultura. É importante ressaltar, ainda, que essa dinâmica metodológica não nasceu pronta; ela tem sido gestada e recriada a partir das experiências anteriores da parceria histórica entre o CTA-ZM, organizações e movimentos sociais/sindicais do campo e da UFV e dos aprendizados oriundos da própria prática dos Intercâmbios Agroecológicos na região. Além disso, os Intercâmbios Agroecológicos têm favorecido mais que a formação das famílias agricultoras em agroecologia, uma dinâmica educativa que, partindo da experimentação das famílias, tem estimulado o aprendizado e troca de saberes construídos tanto na articulação do conhecimento prático e conhecimento científico sobre os agroecossistemas quanto no estímulo à capacidade de observação da

natureza por parte das famílias agricultoras. Nesse aspecto, o estudo realizado de Costa et al. (2011) revelou que os Intercâmbios Agroecológicos da Zona da Mata de Minas Gerais têm assumido papel muito importante na construção de uma relação mais harmônica das famílias agricultoras com a natureza, numa perspectiva de integralidade e complementaridade entre os sistemas, horizontalizando a importância do ser humano e de todos os outros elementos ambientais.

Ademais, os Intercâmbios Agroecológicos têm contribuído para maior envolvimento de todos os membros das famílias agricultoras na promoção da Agroecologia, permitindo, ainda, reforçar parcerias dos agricultores com as entidades e movimentos sociais/sindicais do campo, além de proporcionar uma vivência maior dessas entidades e movimentos com a realidade das famílias agricultoras, potencializando futuras ações na região.

CAPÍTULO IV

OS INTERCÂMBIOS AGROECOLÓGICOS: NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PARTICIPANTES

Alegrias que vêm dos Encontros, Amizades, Rodas de Prosa, Terreiros Culturais, Intercâmbios Agroecológicos e Trocas de Saberes. É preciso compartilhar. Viva os Saberes!

Neste capítulo são apresentados os Intercâmbios Agroecológicos na ótica das famílias agricultoras participantes. A primeira parte refere-se à caracterização das famílias agricultoras e à participação no movimento da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. A segunda parte corresponde às avaliações e sugestões das famílias agricultoras sobre os Intercâmbios Agroecológicos. Na análise das avaliações das famílias agricultoras sobre os Intercâmbios Agroecológicos, identificaram-se três dimensões analíticas, que podem ser assim sintetizadas: uma dimensão educativa, que se refere aos processos de aprendizagens e práticas pedagógicas no interior do Intercâmbio Agroecológico; uma dimensão relacional afetiva, que se refere às relações de amizades e fortalecimento da identidade do grupo; e uma dimensão política que se refere ao fortalecimento da agroecologia nas famílias participantes dos Intercâmbios Agroecológicos e à ampliação e visibilidade da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. Por último, buscou-se destacar alguns pontos dos Intercâmbios Agroecológicos que precisam ser aprimorados na ótica das famílias agricultoras.

4.1. Caracterização das Famílias Participantes do Movimento da Agroecologia

A amostra deste estudo foi constituída por 10 famílias agricultoras dos Intercâmbios Agroecológicos e que participavam de organizações e movimentos sociais/sindicais do campo nos Municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz. Desse conjunto, cinco famílias agricultoras participavam de organizações e movimentos sindicais e sociais há mais de 15 anos, enquanto as outras tinham, aproximadamente, de 6 a 10 anos de inserção em organizações e movimentos sociais/sindicais do campo.

Em relação às atividades produtivas, as famílias agricultoras pesquisadas possuíam pequenas propriedades rurais, com área que variava de um a seis alqueires¹⁰ de terra, em que cinco delas possuíam aproximadamente um a dois alqueires de terra e as outras cinco famílias tinham propriedades com área entre três e seis alqueires de terra. É importante ressaltar que, do conjunto das 10 famílias agricultoras entrevistadas, seis delas foram meeiras antes de comprarem suas terras, enquanto as outras quatro famílias agricultoras adquiriram suas propriedades através de doação ou herança familiar.

Quanto à organização socioprodutiva das famílias agricultoras entrevistadas, os dados deste estudo indicam que suas propriedades eram bem diversificadas. Todas elas produziam alimentos básicos – milho, feijão, café, leite, carnes e ovos –, existindo em todas as propriedades hortas com produção diversificada de hortaliças e legumes, inclusive com alguns considerados não convencionais (taioba, beldroega, araruta, cará, serralha e capiçoba, entre outras). Além da horta, as famílias agricultoras também produziam grande variedade de frutas, sendo a banana e a laranja as que estavam presentes na maioria das propriedades. Quanto à criação animal, 7 das 10 famílias entrevistadas desenvolviam atividades de criação de pequenos animais, como galinha, porco, vaca e cabrito, nesta ordem de prioridade.

É importante destacar que, quando questionados sobre as principais atividades desenvolvidas na propriedade, as famílias agricultoras consideravam, por ordem de prioridade, a produção do café, da banana e de hortas, os quintais e a criação de animais. Nesse aspecto, a produção da banana foi considerada por nove famílias agricultoras como a segunda atividade produtiva mais importante, o que

¹⁰ Em hectares, a área das famílias agricultores variava de 3 a 18 hectares, aproximadamente.

pode ser compreendido pelo fato de as bananeiras serem plantadas no meio da lavoura de café; além do fato de que, desse grupo, sete dessas famílias agricultoras comercializavam banana, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Atividades agrícolas das famílias pesquisadas

Principais atividades desenvolvidas	Número de agricultores
Café	10
Banana	09
Horta e quintais	08
Criação animal	07

Destaca-se ainda, além dessas atividades agrícolas, a produção e comercialização de alimentos caseiros como doces, biscoitos, bolos, pães, queijos, polvilho e pó de café, além do artesanato utilizando folhas de bananeira e de milho, dos tapetes artesanais, da produção de vassouras de garrafa pet, entre outros.

Se a produção e comercialização do café constituem atividade comum nas 10 famílias agricultoras entrevistadas, para três delas o café constitui o único produto comercializado. Quanto à mão de obra utilizada, todas as famílias agricultoras entrevistadas afirmaram ser essa mão de obra predominantemente de base familiar e, em anos anteriores, esporadicamente realizavam, no período de colheita do café, dias de trocas de serviços. Todavia, segundo as famílias agricultoras, no último ano (2013) foram raros os dias de troca, devido ao processo de mecanização da colheita. Também em relação ao sistema de parceria, apenas duas famílias afirmaram que utilizavam esse sistema: uma família agricultora, que tem a horta em parceira com três vizinhas; e outra, que comercializa a banana em parceria também com vizinhos. Além da inserção nos Intercâmbios Agroecológicos e da utilização da Agroecologia como estratégia para a reprodução social, cultural e do trabalho no campo, as famílias agricultoras entrevistadas também compartilhavam a luta de resistência e sobrevivência no campo e na participação em organizações e movimentos sociais/sindicais do campo.

São formas e estratégias de mobilização e luta diante de dificuldades e desafios vivenciados pelas famílias agricultoras em nossa sociedade, que, por sua vez, têm relação direta com o processo de modernização da agricultura brasileira e com os impactos decorrentes da revolução verde, especialmente no tocante ao custo dos insumos agrícolas destinados à produção de café, bem assim com a instabilidade do preço do café no mercado financeiro. De maneira geral, essa condição de produtoras de café – e tendo neste o único produto comercializado –, aliada à exigência de investimentos que as famílias agricultoras não tinham condições de realizar, foi destacada pelas famílias agricultoras como um dos aspectos responsáveis pela inserção delas no movimento da agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais. Também, contribuem para esse processo de inserção das famílias agricultoras nesse movimento as precárias condições de vida no campo, aliadas aos impactos ambientais, ao desmatamento e ao uso exagerado dos agrotóxicos, responsáveis pela contaminação do solo, das águas e das próprias famílias agricultoras.

A respeito do uso dos agrotóxicos, 4 das 10 famílias entrevistadas relataram que tiveram familiares com problema de saúde causado pelo uso de agrotóxicos, especialmente aqueles que trabalhavam na lavoura de café. Destaca-se ainda que, das 10 famílias entrevistadas, seis vivenciaram a experiência de “sem terra” na condição de meeiros¹¹.

(...) quando nós começamos a namorar a gente já planejava mesmo de ter nosso pedaço de terra. Um porque era um sonho e outro porque era necessidade. O meu esposo teve dois nódulos, um foi na garganta e depois que terminou o tratamento cinco anos depois, repetiu de novo nas axilas. Então, não podia nem sonhar em mexer com algum tipo de agrotóxico mesmo, e na condição de meeiro, às vezes, era difícil encontrar uma propriedade, uma lavoura de café, onde não existia veneno (Família Mariana).

Eu lembro que desde pequenininha toda vida nós fomos meeiros. (...) Aí tinha a dificuldade pra ir para escola e quando eu fui para escola, e eu aprendi a ler estava no 3º ano, mas, eu passava de ano em ano. Era muitos sonhos, muitas coisas e aí veio o trabalho da igreja.....a gente só queria ter um lugarzinho pra poder cuidar da casa, da terra. (...) Aí o que acontecia, quando ele achava um pedaço de terra ele ia lá, mas alguém já tinha comprado. Aí foi passando anos, e eu cheguei no meus trinta anos e aí o que acontece: às vezes a gente mexia com alguma coisa que era veneno e nesse meio tempo de 1980 até 1990 trabalhamos na lavoura de café e começou os venenos, aí trabalhamos para um patrão que era mais veneno ainda. Aí com os meus 32 anos, eu comecei a coçar tanto e aquilo virou

¹¹ Neste contexto são famílias agricultoras que não possuem terras para desenvolver seus modos de produção de vida e trabalho e se submetem a trabalhar em terras de fazendeiros. Na condição de meeiro, as famílias agricultoras dividiam o resultado da produção ao meio com o proprietário da terra.

um machucado na minha perna, aí que eu fui saber que era do veneno aí já veio outra batalha porque tinha que gastar tudo com o remédio, aí o médico falou: isso aí é agrotóxico! (Família da Denira).

A participação e inserção das famílias agricultoras nas organizações e movimentos sociais/sindicais do campo ocorrem, assim, em uma diversidade de lócus de lutas, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar Solidária, Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar Solidária, Associações dos Agricultores Familiares e Movimento de Mulheres. São participações distintas, cujo tempo de envolvimento das famílias agricultoras variavam de 6 anos a 26 anos, com uma média de 16 anos de inserção.

Essas organizações e movimentos sociais/sindicais do campo, juntamente com o CTA-ZM, impulsionaram na região o debate sobre a agricultura alternativa, despertando nas famílias agricultoras outras dinâmicas de produção agrícola no campo. A agricultura alternativa e, posteriormente, a agroecologia emergiram, assim, como estratégias para a sobrevivência, vivência e convivência das famílias agricultoras do campo.

Nesse cenário, a inserção das famílias agricultoras no movimento da Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais ocorreu através de ações coletivas fomentadas pelas organizações e movimentos sociais/sindicais do campo da região. Para duas das 10 famílias agricultoras entrevistadas, o que motivou a participação delas no movimento da Agroecologia foi a luta pela terra e contra o agrotóxico. Essas famílias relataram que encontraram na Agroecologia forças para resistirem no campo e continuarem suas lutas.

Eu amo a terra por inteiro! Desde que comecei a defender a terra eu estava junta do movimento. O meu interesse é nisso, foi essa a minha necessidade de vida, o desmatamento, muita coisa que não tinha nada a ver com a vida do povo, era o povo sendo empurrado do seu lugarzinho, sabe? Aí depois veio o veneno nas roças, em 1988 morreu muita gente com câncer. Aí eu entrei firme, organizar as mulheres que não tinham documento. E nessa organização de documentos dos agricultores que eu entrei firme foi assim combinado com o sindicato. Então eu peguei um grupo, depois peguei outro grupo da comunidade, e aí isso deu um resultado muito bom... Então, realmente essa luta continua e vou continuar defendendo (Família da Denira).

Para as outras oito famílias agricultoras, a motivação para participar do movimento da agroecologia ocorreu em função da busca de alternativas e de conhecimentos para garantirem condições dignas de vida no campo.

Em busca de mais aprendizados, busca de novas formas de trabalhar porque para implantar um sistema é preciso buscar novas informações. Porque implantar um sistema e não saber como fazer a gente corre muito risco (Família Martins Moreira).

Das 10 famílias agricultoras entrevistadas, sete delas ouviram pela primeira vez a palavra agroecologia no contexto das organizações e movimentos sociais/sindicais de que participam, e as outras três famílias agricultoras relataram que o primeiro contato com a palavra agroecologia foi realizado nos cursos de formação do CTA-ZM. É interessante destacar que, para essas três famílias agricultoras, apenas o nome agroecologia era desconhecido, pois na ocasião, quando entenderam do que se tratava, imediatamente se reconheceram como praticantes da agroecologia.

(...) quando eles começaram a plantar árvore com café... foi até o CTA-ZM que veio plantar árvore na lavoura ali em cima. Isso tem bem tempo, deve ter uns 16 anos (Família Diomedes Folia dos Reis).

O interessante que a gente já fazia, mas não sabia a palavra, a agroecologia. (...) durante aquele encontro do CTA-ZM todo mundo descobriu que já fazia agroecologia, mas, não sabia o nome (Família Figueira).

Particularmente, em relação à inserção das famílias entrevistadas nos Intercâmbios Agroecológicos, seis famílias agricultoras informaram que participavam dos Intercâmbios Agroecológicos desde o seu início em 2008, enquanto dois começaram a participar no ano 2009 e as outras duas, em 2010. Do conjunto das 10 famílias entrevistadas, identificou-se que a participação das famílias agricultoras nos Intercâmbios Agroecológicos ocorre em função da identificação com o grupo associada pelas possibilidades de trocas de saberes e de experiências com outras famílias agricultoras, de diferentes municípios.

Buscar mais aprendizado, muitas formas de está trabalhando. Porque para a gente trabalhar e implantar o sistema, a gente precisa de informação, porque se quiser implantar o sistema e não saber como fazer a gente corre muitos riscos. Então a agroecologia acaba exigindo que a gente participe, porque sem participação a gente não consegue. Então, a gente vai tomando experiência e alguma coisa que a gente sabe passamos para outras pessoas nos Intercâmbios. A gente aprende e alguma coisa que sabe e passa também (Família Martins Moreira).

No início comecei a participar por curiosidade, e depois fui tomando gosto e conhecendo de fato o que é. Você vai conhecendo as pessoas, os lugares e vai envolvendo. Eu identifiquei muito com o grupo, sabe? Junta todo mundo com mesmo sonho, todo mundo querendo fazer uma mesma

coisa e aí você vai se envolvendo com o grupo. (...) aí de lá pra cá nós começamos experimentar a agroecologia (Família Gonçalves).

Eu até falei um dia no Intercâmbio lá no Cecé, lá em Divino, que é muito bom quando a gente sai do mundo da gente e vai viver um pouquinho do mundo do outro. (...) a gente cresce muito mais quando eu chego lá em Divino, e vejo a Cecé, a Selma também falando de agroecologia, vivendo a agroecologia e divulgando a agroecologia (Família Mariana).

Na compreensão de seis das 10 famílias entrevistadas, a participação nos Intercâmbios Agroecológicos é fundamental para o fortalecimento da agroecologia nas famílias agricultoras e da também para dar visibilidade ao movimento da agroecologia na região.

4.2. Avaliações e Sugestões das Famílias Agricultoras sobre os Intercâmbios

Na análise das avaliações das famílias agricultoras sobre os Intercâmbios Agroecológicos, como dito anteriormente, identificaram-se três dimensões analíticas que podem ser assim sintetizadas: uma dimensão educativa, que se referem aos processos de aprendizagens e práticas pedagógicas no interior dos Intercâmbios Agroecológicos; uma dimensão relacional-afetiva, que se refere às relações de amizade e fortalecimento da identidade do grupo; e uma dimensão política, que se refere ao fortalecimento da agroecologia nas famílias participantes dos Intercâmbios Agroecológicos e na ampliação e visibilidade da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais.

Um primeiro aspecto que emerge da avaliação de nove das 10 famílias agricultoras sobre os Intercâmbios refere-se à dimensão educativa e a processos de formação, com destaque para a riqueza dos processos de aprendizagens e de formação. Nessa perspectiva, um dos aspectos destacados pelas famílias agricultoras se refere à natureza dos processos educativos dos Intercâmbios, sempre orientado para uma articulação entre o conhecimento prático e o conhecimento teórico. Assim, para as famílias agricultoras, a maior riqueza dos Intercâmbios Agroecológicos é a aprendizagem realizada a partir da realidade concreta de suas vidas, observando-se e experimentando as práticas agroecológicas.

O Intercâmbio Agroecológico é uma riqueza muito grande! Para você ter uma ideia teve um Intercâmbio aqui em casa e tinha um povo do Caparaó. Aí o dia que nós fomos a Caparaó a mulher veio falar comigo: “a salvação do meu cavalo e da minha vaca foi bananeira” - porque quando nós fomos lá, nós vimos que podia tratar criação com bananeira. (...)

Intercâmbio ele é excelente! O Intercâmbio ensina a fazer a prática nela, saindo daqui ela vai para vários lugares para ensinar a fazer alguma coisa que nós fazemos aqui. Pessoas que não tiveram a oportunidade de vir aqui, mas nós fomos lá (Família Figueira).

Toda vez que tem Intercâmbio, você aprende mais e muita coisa que você sabe você passa aquilo pra frente. A Irene mesmo toda vez que vem aqui no Intercâmbio ela ensina o pessoal a não deixa o gado passar fome, vai tratando da vaca com a bananeira. Tudo que eu aprendi lá foi bom, principalmente esse negócio de lavoura. Você não capinar a lavoura. Você não mexer com o veneno isso foi uma grande coisa que eu aprendi e gostei muito. E, cada vez vem melhorando cada vez mais. E o negócio de plantar – planta uma coisa, planta outra e aí mandam uma muda, manda outra e outra coisa, e aí a gente planta (Família Ferreira).

Também, na perspectiva da dimensão educativa dos Intercâmbios, as famílias agricultoras ressaltaram a dinâmica dos processos de aprendizagens que envolviam o desenvolvimento da capacidade de escuta, do diálogo e da troca de conhecimento com os integrantes dos Intercâmbios Agroecológicos.

A ideia é aprendizagem no coletivo, ali todo mundo ter a oportunidade aprender, ensinar e essa parte de conhecer a história da família eu acho muito bacana (Família Gonçalves).

É importante você ouvir o que a pessoa está pensando. Mesmo que a pessoa fale algo ruim ou uma coisa que você não queria ouvir, mas, é importante que ela fale. Se a pessoa não fala, às vezes deixa de aprender ou deixa de ensinar, porque a ideia é essa, a pessoa aprender e ensinar para que tenha uma troca de conhecimento ali (Família Gilberto e Luciana).

A oportunidade de troca de saberes e experiências, integrando conhecimentos práticos e teóricos, com a participação de diferentes parceiros, é valorizada pelas famílias que indicam, ainda, a estratégia metodológica da Caminhada pela Propriedade como essencial nesta dinâmica de colocar em movimento os saberes das práticas, as experiências dos diferentes sujeitos e os conhecimentos teóricos.

Mais pela questão da aprendizagem mesmo e pela troca de saberes. E sempre nos Intercâmbios além dos agricultores têm pesquisadores, pessoas que são técnicos e passa alguma coisa para gente também. (...) Tem diferentes saberes, tem estudantes que um dia aparece para falar de uma coisa, cada agricultor está com uma experiência nova e trazem também muito aprendizado para trocar com os técnicos do CTA-ZM, tem a professora. E aí também de repente aparece um tema novo que é desafiador para todo mundo (Família Martins Moreira).

(...) outra dinâmica que se trabalhou e deu muito bem em fazer foi à visita na propriedade e perguntar e tudo e depois chegar e fazer uma socialização. Então levantava todos os pontos positivos e os pontos de repente menos positivos, ao meu olhar, e que ali surgia opiniões para a família de uma forma que ela poderia melhorar aquilo ali. Então quantas

outras famílias eu ouvi – Ah, eu cheguei lá em casa e observei que era mais ou menos daquele jeito, e aí já mudei. Então eu observei que isso era muito favorável (Família Mariana).

Outra dimensão enfatizada por oito das 10 famílias na avaliação dos Intercâmbios Agroecológicos refere-se às interações sociais e vínculos afetivos construídos entre os integrantes e considerados importantes pelas possibilidades de construção de novas relações, aproximação dos laços familiares, fortalecimento das amizades e integração das famílias agricultoras nos Intercâmbios Agroecológicos. Essa dimensão das interações e vínculos afetivos é sempre destacada na avaliação dos Intercâmbios como uma experiência relevante e inovadora. Nesse sentido, na compreensão das oito famílias agricultoras, o que tem potencializado essa dimensão relacional-afetiva dos Intercâmbios é a utilização da metodologia da *História de Vida*. Segundo as famílias agricultoras entrevistadas, essa dinâmica tem contribuído para desencadear as aprendizagens, assim como estimular a participação dos integrantes. Nos Intercâmbios Agroecológicos, o momento no qual as famílias relataram a sua História de Vida, ela não apenas compartilha com as outras famílias os seus sonhos, dificuldades, lutas, estratégias de superação, entre outros. Ela também explicita os sonhos, desafios e demandas do conjunto dos agricultores, contribuindo, assim, para fortalecer laços, garantindo a continuidade dos Intercâmbios Agroecológicos. Além disso, essa dinâmica vivenciada também contribui para o fortalecimento da identidade do grupo de famílias agricultoras agroecológicas.

(...) Porque quando você para pra conversar, igual nós estamos conversando aqui numa sexta-feira. Ah, isso aí tem um valor muito grande. Então quando ele vai para Intercâmbio e quando ele passa numa casa, nunca viu aquela família chega lá recebe a gente bem, aí você passa o dia ali. Aí, você sabe, se amanhã você estiver passando por ali por uma coisa qualquer e estiver precisando de alguma coisa, você pode contar que você fez uma amizade! A primeira coisa que eu vejo do Intercâmbio é o conhecimento que a gente tem com pessoas, depois aquilo que as pessoas fazem de bom (Família Figueira).

(...) uma das coisas que o Intercâmbio trouxe que aumentou muito foi essa questão da identidade da família. Porque a primeira coisa da rodada do Intercâmbio, a gente ouvia. Quando chegava lá era ouvir a história de vida da família. Nos Intercâmbios você tinha a oportunidade de ouvir profundamente! Isso marcava o diferencial nos Intercâmbios, mas que marcava também o que é agroecologia. Porque agroecologia também é esse autoconhecimento, essa identidade de fato. Então isso pra mim marcou muito, porque eu até pensava na época, que o fantástico da agroecologia era de fato envolver toda a família. Porque todas as famílias que a gente passou, todos tiveram uma história de conquista. E cada

história de conquista não era só o homem que estava envolvido, ouvi as mulheres dizendo que deixou de comprar isso ou aquilo para poder juntar o dinheiro para somar naquela parcela da terra e das coisas que faziam e que não faziam. Então acho que tudo isso encantava muito e encanta também (Família Mariana).

(...) Os Intercâmbios é a atividade mais importante do movimento para mim, porque envolveu mais as famílias. O que integrou as famílias de fato mesmo foi os Intercâmbios. Foi com os Intercâmbios que começou as visitas na propriedade, que começou a conhecer o trabalho de cada um. Teve a oportunidade do Intercambio vir aqui na minha casa. (...) outra questão também lá da família dos Delfinos, a família da Denira, Joana que é prima primeira da mãe ...antes dos Intercâmbios estava cada um no seu canto, dos Intercâmbios para cá fortaleceu os laços. Com os Intercâmbios teve uma aproximação de laços familiar muito interessante (Família Gonçalves).

O que mais marca os Intercâmbios é a amizade que fica assim aquele vínculo familiar com essas famílias. E aí entra as práticas e aquelas trocas. As sementes, por exemplo, todo mundo guarda. Ah, vou deixar aqui para nós fazer a troca, para levar para fulano. E também usa aquela pidança, traz aquilo pra mim, outro pede. É aquela coisa gostosa que todo mundo chega. É essa solidariedade e cooperação assim (Família da Lúcia).

Quanto à dimensão política dos Intercâmbios Agroecológicos, seis das 10 famílias destacaram a importância dos Intercâmbios para ampliar as práticas agroecológicas na região, assim como fortalecer as ações das organizações e movimentos sindicais/sociais do campo que integram o movimento da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. Vale destacar que esse reconhecimento da importância dos Intercâmbios Agroecológicos também é expresso como um dos objetivos.

A partir dos momentos dos Intercâmbios começa assim - as outras pessoas ficam olhando para ver o que está acontecendo naquilo ali. Então acaba despertando curiosidades nas pessoas e aí muitas pessoas estão vindo para cá e adquirindo as práticas agroecológicas e acabam participando (Família da Lúcia).

Os Intercâmbios para os movimentos foi fantástico porque até então não tinha. Do período que eu comecei a participar para cá, aumentou o número de movimentos no geral. Os Intercâmbios foi o principal de todos, ele foi o boi guia da carruagem, o alicerce de todos os outros movimentos. Com os Intercâmbios você passa a ter referência dentro das comunidades (Família Gonçalves).

Apesar de todas as famílias entrevistadas terem avaliado positivamente a experiência dos Intercâmbios Agroecológicos, elas, no entanto, destacaram alguns aspectos que necessitam ser aprimorados para que os Intercâmbios Agroecológicos possam avançar ainda mais, enquanto experiência educativa inovadora e enquanto

movimento de fortalecimento da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. Nesse sentido, os aspectos destacados referem-se à: 1) realização de maior número de Intercâmbios com menor número de famílias, de maneira a garantir melhor utilização das estratégias metodológicas *História de Vida da Família* e *Caminhada pela Propriedade*; 2) valorização da diversidade nos Intercâmbios Agroecológicos compreendendo diversidade de plantas, animais, pessoas, práticas, ideias e conhecimentos; e 3) garantia do diálogo e da participação como espaços privilegiados nos Intercâmbios Agroecológicos.

Para as famílias agricultoras, a realização de Intercâmbios Agroecológicos envolvendo um número elevado de famílias agricultoras, denominados “Intercâmbios Mutirões”, tem apresentado fragilidades, principalmente pelo fato de que ainda não foi encontrada e, ou, construída uma metodologia capaz de viabilizar e potencializar a realização desses encontros maiores. Na avaliação das famílias agricultoras, nos “Intercâmbios Mutirões” está se perdendo a essência dos Intercâmbios Agroecológicos que, na opinião delas, são as duas estratégias metodológicas: *História de Vida da Família* e *Caminhada pela Propriedade*. Nesse sentido, a sugestão das famílias agricultoras é que se tenham mais grupos de Intercâmbios Agroecológicos e que esses grupos tenham número menor de famílias agricultoras, de maneira a potencializar a dinâmica original de funcionamento dos Intercâmbios Agroecológicos, além de ampliar o campo de realização dos Encontros de Formação, contribuindo, assim, para a difusão dos conhecimentos e práticas agroecológicas na região.

A partir do momento que o Intercâmbio cresceu demais, aí acaba que tem pessoas que vai lá porque é aquele encontro, e acaba que não escuta às vezes, a prática daquela família o quê aquela família esta falando. Porque quando ele é menor, aí você e a própria pessoa que está ali consegue pegar, mas como ele cresceu acaba ficando muita coisa solta. (...) tem que encontrar uma dinâmica, que consiga envolver esse mutirão (...) Eu já venho falando, que é melhor ter grupos menores se reunindo em mais lugares, do que fazer todo mundo ali e ninguém fazer nada. Essa caminhada pela propriedade eu acho justamente que está faltando nos Intercâmbios. (...) quando passou a ter o Intercâmbio grande, passou a ter a visita na propriedade assim um vai visitar a mina, outro visita lá, outro visita cá e aí acaba que a gente não visita tudo. Porque o gostoso é você participar de tudo - tudo que eu vou fazer eu gosto de ver, tudo para mim gravar na minha cabeça, eu gosto de ir ver na prática (Família da Lúcia).

O Intercâmbio era legal quando era grupo pequeno. Eu acha que tem que fazer mais Intercâmbios e com grupos menores. A questão da história de vida da família e a caminhada pela propriedade é essencial nos Intercâmbios. Depois que começou com essa dinâmica de novo (história de vida e caminhada) muitas pessoas voltaram a participar dos

Intercâmbios. No meu ponto de vista essa é a melhor dinâmica que tem para as pessoas apreenderem e também para falarem. Agora com muitas pessoas fica difícil e também tem gente que fica com vergonha, mas no grupo menor elas têm mais facilidade para participarem. A ideia é aprendizagem no coletivo, a ali é todo mundo ter a oportunidade aprender, ensinar e essa parte de conhecer a história da família eu acho muito bacana, acho que valoriza demais as pessoas (Família Gonçalves).

Outro desafio dos Intercâmbios Agroecológicos, na avaliação das famílias, é conseguir valorizar não só a diversidade de plantas e animais na propriedade, mas também a diversidade de sujeitos, práticas, ideias e conhecimentos que emergem no interior dos Intercâmbios Agroecológicos. Nesse sentido, o esforço deve ser buscar dialogar com as tensões, contradições e diferenças no cotidiano dos Intercâmbios Agroecológicos; diálogos esses considerados como o ponto de partida para contribuir para que as famílias agricultoras possam e, ou, consigam romper com a lógica da agricultura convencional. Nessa consideração, os Intercâmbios Agroecológicos são concebidos como espaços que acolhem as diversidades: diversidades de plantas, animais, pessoas, práticas, ideias e conhecimentos.

Tem umas coisas no Intercâmbio que eu não aprovo não. Trabalhar com os sonhos isso pode dar certo ou não. Então vamos trabalhar com o que dar certo, você quer ver uma coisa: Eu acho assim, capinar lavoura com Roundup não é o meu ponto de vista, eu acho que não deve. Agora radicalizar com quem ainda usar não é a melhor coisa. (...) então radicalizar eu acho que é uma coisa que não é boa. Então complementando, o que dar a entender que como tem a diversidade na propriedade, que tenha também a de pessoas. De você fazer o não excluir. Eu acho que nunca deve falar, não faz isso! Eu tenho o meu vizinho aqui que adora veneno e nós somos grandes amigos. Ele tem a opção dele e eu tenho e acredito em outra. Agora vamos olhar como se diz: “na fritada do ovo a gordura que sobra”, eu já conversei com gente que o camarada falou comigo: Colhi esse ano quatrocentos sacas de café. Eu disse, quantos sobrou pra você? Sobrou trinta. E você colheu quantos? Eu falei colhi trinta sacos. E quantos sobrou pra você? Falei sobrou os trinta. Uai, mas como que é isso? Você me ensina isso? (Família Figueira).

Acolher a diversidade, por sua vez, também envolve a garantia do diálogo e da participação de todos os membros das famílias agricultoras nos Intercâmbios, inclusive potencializando maior participação das crianças e dos idosos.

A ideia é aprendizagem no coletivo, ali todo mundo tem que ter a oportunidade aprender e ensinar (Família Gonçalves).

(...) é importante você ouvir o que a pessoa está pensando. Mesmo que a pessoa fale maior besteira ou uma coisa que você não queria ouvir, mas é importante que a pessoa fale. E se a pessoa não fala às vezes, deixa de aprender ou deixa de ensinar porque a ideia é essa, a pessoa aprender e

ensinar para que tenha uma troca de conhecimento ali (Família Gilberto e Luciana).

É todo mundo conhecer tudo que os movimentos estão fazendo (...) Desde a criança pequenininha até o senhor de idade que tem uma coisa para contar. Porque eles até falaram que é assunto de gente grande, mas, as crianças que vão juntos também! Alguém ficou sabendo o que era agroecologia naquele momento, em que minha filha levantou o papel com o desenho da diversidade - ai a mulher falou: eu não sabia que a agroecologia é diversidade. A minha filha era bem pequenininha, ela fez o cartaz com a ajuda das outras crianças. Ah, eu fiquei sabendo disso no outro Intercâmbio porque ela (a senhora) contou. Eu acho que a participação das crianças e de todos é uma riqueza grande (Família da Denira).

De maneira geral, as famílias reconhecem nos Intercâmbios Agroecológicos a promoção das trocas de saberes e de experiências, identificando a metodológica Caminhada pela Propriedade como estratégia potencializadora desses processos. Já a estratégia História de Vida da Família tem sido considerada uma contribuição importante para o fortalecimento da identidade do grupo e integração entre as famílias agricultoras nos Intercâmbios. As famílias reconhecem, ainda, esforços na busca de criar e, ou, recriar metodologias que contribuam para dialogar com a complexidade e especificidade dos agroecossistemas. E nesse aspecto elas apontam a necessidade de momentos e, ou, espaços para uma discussão coletiva sobre a dinâmica de funcionamento dos Intercâmbios.

Eu sei que esta faltando algo para a gente poder chegar no, não diria consenso, mas, entoar esse trabalho. (...) a gente esta precisando sentar junto para poder chegar a esse entendimento (Família Mariana).

Eu penso se sentar no coletivo e pensar junto só tem a acrescentar. (Família Martins Moreira).

Outra sugestão apontada por cinco das 10 famílias refere-se à realização de mais Intercâmbios, pois a realização dos Intercâmbios Agroecológicos está contribuindo para que mais famílias não utilizem agrotóxicos, e sob esse aspecto as famílias apontaram que as técnicas de manejo são muito importantes no processo de transição.

Hoje as coisas da saúde melhoraram muito, mesmo a alimentação melhorou. (...) Antigamente capinava tudo ai vinha uma chuva forte ai no outro dia estava eu fazendo curva, dava outra chuva tinha que fazer as curvas de novo, hoje não faço curva. Hoje em dia mexemos com muito mais coisa com bem menos trabalho. Antigamente para sair assim um dia da semana, era uma coisa extraordinária, hoje saímos pro lazer, pro sindicato, pra coisa do movimento e tudo tranquilo (Família Gonçalves).

Na análise da experiência dos Intercâmbios Agroecológicos, os dados revelaram o potencial da Pedagogia freiriana, que se tem mostrado capaz de ser recriada em outros contextos – culturais, ecológicos, sociais e políticos. Nesse aspecto, ressalta-se que, na análise dos documentos sobre os Intercâmbios Agroecológicos, foi identificado que, apesar de uma referência aos Círculos de Cultura, a ênfase maior recai sobre os métodos CAC e História de Vida, assim como na Técnica Caminhada Transversal. Todavia, o acompanhamento dos Intercâmbios Agroecológicos e as entrevistas realizadas indicaram que os princípios da Pedagogia freiriana e da Educação Popular constituem pilares importantes da experiência dos Intercâmbios. Nesse aspecto, a dinâmica de funcionamento dos Intercâmbios Agroecológicos pode ser compreendida como constituindo um grande Círculo de Cultura.

Nesse aspecto, cabe destacar que o diálogo, nos termos de Freire (2002), tem sido o ponto de partida na realização dos Intercâmbios Agroecológicos, considerando que todos os Intercâmbios são realizados a partir de um tema gerador ou de uma problemática definida pelas famílias agricultoras para construir coletivamente novos conhecimentos. Além disso, nas estratégias metodológicas utilizadas existe a dimensão do testemunho, como possibilidades para a escuta, como condicionante do processo de construção do diálogo entre as famílias agricultoras participantes. Trata-se de uma dinâmica na qual se instaura um comprometimento e respeito dos participantes para com a história de cada uma das famílias agricultoras, que é visitada.

Acrescente-se, ainda, que na Caminhada Transversal o diálogo torna-se condição fundamental para que cada participante – agricultores, técnicos, professores, crianças, jovens, mulheres, estudantes – contribua com a reflexão do outro, impulsionando, assim, uma dinâmica de construção coletiva do conhecimento. Também, no momento de socialização da Caminhada pela Propriedade emergem diversas ideias, opiniões, saberes, conflitos que, mais uma vez, implica o exercício ao diálogo na busca de superar os confrontos e possibilitar novos saberes e experiências.

Assim, o Intercâmbio Agroecológico caracteriza-se enquanto prática educativa inovadora na formação das famílias agricultoras em Agroecologia, que busca consolidar uma abordagem de uma agroecologia popular, com espaços diversos de construção do diálogo, tanto no interior do Intercâmbio Agroecológico

quanto nas organizações/movimentos sociais/sindicais do campo e também nas experiências regionais de Educação do Campo. Uma abordagem de Agroecologia popular que, no diálogo com os princípios e concepções da Educação Popular, também tem possibilitado, nos últimos anos, diálogos com a Educação do Campo.

CAPÍTULO V

AGROECOLOGIA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AGRICULTORES DOS INTERCÂMBIOS AGROECOLÓGICOS

Nas terras das montanhas gerais, as famílias agricultoras trabalham nas sombras das tantas árvores que têm por lá. E não dar para parar de trabalhar! São diversos saberes, sabores, trocas, práticas agroecológicas e sujeitos coletivos que lutam um tanto pelos direitos dos povos do campo.

Neste capítulo, objetivou-se apresentar e analisar as representações sociais sobre agroecologia construídas pelos agricultores dos Intercâmbios Agroecológicos da Zona da Mata de Minas Gerais. As representações sociais são formas de conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente, que contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a compreensão e a comunicação do sujeito no mundo (JODELET, 2004). Assim, as representações sociais encontram-se vinculadas a valores, noções e práticas que orientam as condutas dos indivíduos no cotidiano das relações sociais, manifestando-se através de estereótipos, sentimentos, atitudes, palavras, frases e expressões. Trata-se, portanto, de um conhecimento socialmente construído¹² e compartilhado que expressa uma forma de interpretação da realidade e de comunicação entre os indivíduos, constituindo, assim, uma maneira de também produzir e elaborar conhecimentos.

¹² No processo de construção das Representações Sociais, Moscovici (1978) identificou dois processos fundamentais: ancoragem e objetivação. Ancoragem é o processo que transfere o novo e o estranho para um referencial que possibilita sua interpretação e comparação. Ancorar é classificar, nomear, rotular e, obviamente, representar. Objetivação é processo que relaciona o conceito com a imagem, criando uma estrutura de imagem que reproduz uma estrutura conceptual de maneira visível.

Construídas coletivamente, as representações funcionam, assim, como um sistema de interpretação da realidade que orienta as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, influenciando seus comportamentos e suas práticas sociais (MOSCOVICI, 2006), o que lhes permite interiorizar experiências, práticas e modelos de conduta, ao mesmo tempo que constrói e se apropria de objetos socializados. Sob essa perspectiva, o propósito foi analisar as representações dos agricultores sobre agroecologia, identificando suas interpretações sobre essa realidade vivenciada e identificar aquelas que, compartilhadas, revelam elementos sobre as compreensões e as práticas que estão sendo construídas no interior do movimento agroecológico na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

No processo de análise das representações sociais, inspiradas nos procedimentos técnicos da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), localizaram-se duas lógicas centrais que orientam a compreensão dos agricultores sobre Agroecologia. Assim, de um lado, ancorada nas noções de diversidade, preservação e redução de insumos agrícolas, identificou-se uma representação de agroecologia como uma agricultura sustentável, construída pela relação agricultor-natureza orientada pelo respeito e cuidado, entre outros. Essa representação era compartilhada por seis agricultores entrevistados. De outro lado, uma representação compartilhada por três agricultores, na qual agroecologia era compreendida como estilo de vida e, mais que a relação agricultor-natureza, se destaca uma dimensão que envolve as relações dos agricultores entre si e com a sociedade.

5.1. Agroecologia: agricultura sustentável e conservação da natureza

Na construção de uma lógica explicativa sobre o que é a Agroecologia, identificou-se tendência entre os agricultores entrevistados de associar o termo agroecologia às ideias de diversidade, conservação das águas e redução do consumo de insumos agrícolas. Especificamente na referência, quanto à questão da diversidade, verificou-se tendência entre os agricultores entrevistados de associar agroecologia e diversidade. Diversidade compreendida na perspectiva de plantas e seres vivos e diversidade compreendida como variedade de produtos. No tocante à diversidade de produtos, a lógica utilizada pelos agricultores ressalta a importância de garantir a diversidade de produção agrícola que, combinada com processos de conservação da água e da terra, sustenta uma compreensão da Agroecologia como

alternativa de viabilizar economicamente a unidade produtiva agroecológica. Nesse sentido, as noções de diversidade de produtos, de conservação dos recursos naturais e de viabilidade econômica da propriedade é que, combinadas, ancoram a representação da Agroecologia.

Pra mim, a agroecologia é vida. Porque a agroecologia ela é vida, ela é diversidade e diversidade é vida e ela é econômica, ela é viável. E é quase uma coisa numa coisa só, trabalha na conservação de água, no aproveitamento de água. (...) Para mim, agroecologia é diversificação é procurar conservar a terra, procurar não destruir e conservar o máximo em todos os sentidos (Representante da Família Figueira)

Na especificidade da ideia de agroecologia enquanto diversidade de plantas e seres vivos, a perspectiva assumida pelos agricultores revela ênfase maior nos processos de preservação dos recursos naturais e de práticas de uma agricultura sustentável. A Agroecologia é representada, assim, como um modelo de agricultura natural, sustentável e que tem papel importante na proteção das nascentes e conservação dos mananciais. E nesse aspecto é interessante ressaltar a fala de um dos agricultores que explicitam mudança na sua forma de compreensão da agroecologia: de uma visão inicial restrita, a ideia de proteção de nascentes, passando pela experiência da agrofloresta, assume, na atualidade, uma lógica que se objetiva na expressão “agroecologia é árvore misturada com café”.

Agroecologia pra mim é – eu tenho uma água boa no meu terreno, eu tenho árvore na minha propriedade, a eu estou no sol quente aqui e tenho uma árvore. Eu produzo cana, produzo mandioca, produzo banana. A bananeira é a coisa mais simples que tem, se você tiver muita bananeira, você está produzindo sombra, banana, água. Porque onde tem banana tem a umidade, agora se não tem nada disso meu filho, você tem só a poeira, terra seca, dar até para cantar poeira no meu sertão. Eu entendo pra mim isso. (...) Eu pensava que falava só em água. Hoje agroecologia é árvore misturada com café. Hoje tenho outro pensamento agroecologia engloba tudo, problema de árvore, produzir café, milho, feijão, tudo no meio do mato, matéria orgânica da terra, envolve tudo, é uma coisa só, água pra você ter uma água boa, proteger as nascentes (Representante da Família Diomedes da Folia de Reis).

Outra perspectiva utilizada pelos agricultores para explicitar o sentido de agroecologia refere-se a uma ideia que associa agroecologia com um sistema de produção com autonomia, à medida que busca uma ruptura e, ou, minimização de práticas agrícolas dependentes de insumos industriais, como é o caso do uso de fertilizantes, sementes híbridas e agrotóxicos. Nesse sentido, agroecologia envolve uma consciência dos agricultores, tanto no sentido de ruptura da dependência dos

produtos químicos industriais quanto na preservação dos recursos naturais e da vida no planeta.

Então, pra mim agroecologia assim é um sistema da gente trabalhar sem precisar de usar agrotóxico, preservar mais a terra, trabalhar mais com roçar (...). Para mim é uma construção, um ideal que é contínuo. (...) Para mim é uma consciência da gente está dentro de um espaço onde a gente vai contribuir para melhorar, acho que agroecologia é isso a gente trabalhar numa propriedade e saber que a gente vai deixar ali uma coisa boa e positiva para as próximas gerações (Representante da Família Martins Moreira).

Na articulação entre essas noções – diversidade, preservação e ruptura com o modelo de agricultura industrial –, identificou-se uma tendência compartilhada entre os agricultores entrevistados de compreensão da Agroecologia enquanto um modelo de agricultura natural, sustentável, que, fundamentada nos princípios do sistema de produção agroecológico, ancora uma lógica de relação agricultor – natureza sob bases diferentes do modelo da agricultura convencional. Nesse aspecto, em oposição a uma relação dicotômica na qual o agricultor se encontra externo à natureza, precisando explorá-la e subjugar-la, nessa representação os agricultores se reconhecem como integrantes nos processos e dinâmicas dos ciclos da natureza, numa relação de complementaridade, respeito, cuidado e preservação da vida. Assim, são representações que indicam compreensões e a presença de práticas que, buscando romper com o modelo perverso do agronegócio, são desenvolvidas sob outra lógica de produção agrícola, com potencial para transformar a realidade de vida e de trabalho, através, entre outras, de práticas agroecológicas com utilização das técnicas de manejo. Justificando essa lógica compreensiva, os agricultores fazem referência às vantagens da utilização da Agroecologia, com destaque para a melhoria da qualidade de vida das famílias, pois estas, por não usarem mais agrotóxicos, passaram a produzir/consumir alimentos diferentes dos que eram anteriormente consumidos, bem como a redução de 25% do emprego da mão de obra familiar, conseguindo, nesse sistema de produção, tempo para o lazer, entre outros.

Vai mudando cada dia mais positivamente. Na qualidade de vida mesmo, antigamente nós trabalhamos o ano inteiro, de domingo a domingo, com uma renda pequena, no sol quente e tudo. Hoje em dia não, o sol esquenta a gente vem para casa, almoçamos em casa, tomamos café em casa, paramos o trabalho mais cedo. A lavoura hoje produz a gente já tem outras rendas, tem investimento em torno da propriedade. Hoje temos pomar e horta... hoje eu conheço pessoas que vem na minha casa fazer entrevista, visitar a propriedade. A qualidade de vida mesmo melhorou

muito, antes eu trabalhava três vezes mais do que eu trabalho hoje e a qualidade de vida era bem inferior. Hoje nós saímos de casa quando precisa, podemos participar de uma festa. Hoje não capinamos, não fazemos curva de nível. Hoje nós mexemos com muito mais coisa com bem menos trabalho. Hoje em dia não saímos por lazer, para as organizações. Hoje a mão de obra diminui voltou para um quarto e fazemos muito mais coisa. É aquela coisa a qualidade de vida é outra coisa (Representante da Família Gonçalves).

5.2. Agroecologia: integração homem-natureza-sociedade

Ao lado da representação da Agroecologia como agricultura sustentável, construída numa relação agricultor-natureza pautada no respeito, cuidado e preservação dos recursos naturais; outro sentido que emerge da análise das entrevistas dos agricultores é da Agroecologia enquanto estilo de vida, que envolve não apenas outra relação agricultor-natureza, orientada para o desenvolvimento de uma agricultura natural; mas, sobretudo, que enfatiza uma dimensão que extrapola as relações de produção na unidade produtiva, à medida que envolve também as relações dos agricultores entre si e com a sociedade. Nessa perspectiva, a Agroecologia é compreendida como prática que estimula um modo próprio de estar no mundo, orientado para a convivência e harmonia cotidiana com os outros seres vivos.

Principalmente quando você entra nesse sistema, o que você gosta o máximo possível é estar no meio da sua propriedade, porque você está ali e você está vendo uma coisa diferente, está plantando alguma coisa diferente, você está cuidando de uma planta melhor, fazendo uma poda, observando porque a agroecologia é muito disso, você está observando tudo. (...) ao meu ver, é um ambiente harmônico, que você convive bem com os animais, com as pessoas, com as plantas, com a terra, com o sol, com tudo mais, aquela coisa do dia a dia mesmo (Representante da Família Gilberto e Luciana).

Nessa lógica, para além das relações agricultor-natureza nas atividades de produção na unidade produtiva, a Agroecologia também implica novas formas de relações dos agricultores entre si e com a sociedade. Trata-se, portanto, de uma compreensão de Agroecologia como alternativa, numa perspectiva que assume alternativa não apenas de práticas produtivas, mas de alternativa de modo de vida, que integra o agricultor em suas relações sociais, afetivas, políticas, comunitárias etc.

Nós usávamos a palavra alternativa porque alternativa é agroecologia. Agroecologia é você se sustentar com aquilo que você tem que você vive em volta, pra você cuidar com carinho, você tentar aproveitar tudo que

tem. Agroecologia é uma palavra grande, mas que abrange a vizinhança abrange tudo que você vive em volta. (...) agroecologia pra mim é você cuidar da terra, é você ter um bom relacionamento com o vizinho, em geral, dentro de casa com a família, com a natureza. É usar da natureza do seu bem estar, porque você faz o bem pra ela e faz bem pra você. Eu gosto, eu adoro dar o bem pra natureza. Pra mim, quando eu estou lá é a coisa mais boa, toda vida foi assim a cada dia parece que dar mais valor ainda ao pedacinho de chão que nós temos. (...) Então acho que a agroecologia é tudo de bom, que eu não tenho nem palavra pra dizer. (...)A gente fica olhando assim, você começou a falar das poesias, por exemplo, do nosso companheiro Amauri, eu acho que aquilo ali é agroecologia, todas as pessoas que leem o livro do Amauri, ele tá falando de todo mundo sabe. Tudo que você ler, tá falando de você, tá falando de um todo dentro da agroecologia, imagino eu. Que quando ele fala, daquele livro do terreno que o cara tinha que queria vender, que ele mandou escrever um poema que tinha tanta coisa bonita. Que o próprio dono diz: eu não vou vender não, pra quê vender! Então acho que a agroecologia é tudo de bom, que eu não tenho nem palavra pra dizer. Só que tinha que abranger mais, tinha que pegar mais gente e não sei como falar pra você (Representante da Família da Lúcia).

A Agroecologia compreendida como um modo de viver, que orienta o agricultor no conjunto de suas relações sociais, afetivas, políticas e comunitárias, revela uma representação de agroecologia como totalidade, numa lógica de integração agricultor-natureza-sociedade, numa dinâmica de convivência do homem com a natureza capaz de viabilizar e potencializar o seu bem-estar e o bem-estar da natureza. Existe nessa lógica outro sentido subjacente, que enfoca outro lugar do agricultor na sociedade – de agricultor para sujeito transformador. Sentido esse sujeito a transformações e imbuído de valores como cooperação, solidariedade, cuidado, amor à terra, respeito recíproco e construtor de diálogos entre homem-natureza-sociedade.

(...) é viver o todo em tudo e assim um ser respeitando o outro. E antes disso tudo, acho assim que a maior ser em si é Deus. Então viver a agroecologia pra mim é uma forma de agradecimento á Deus pela oportunidade de ter a terra, de ser agricultora e de poder de fato viver do que a gente de fato acredita e ama. Eu entendo que a agroecologia se ela não trabalhar o todo, o todo que eu digo assim: desde a gente enquanto pessoa, enquanto a convivência da família mesmo, acho que até mesmo a relação entre casal e o filho, e entre as coisas que gente tem e vive dentro de casa, ela já reflete essa questão da agroecologia. Eu vejo ela como um todo. Acho que tudo na vida da gente, se a gente não for pelo amor a gente se freia muito rápido, e o amor nos leva a ser muito mais profundo. (...) Porque agroecologia também assim é esse autoconhecimento, essa identidade de fato. (...) porque a agroecologia ela visa o tempo todo á vida (Representante da Família Mariana).

No conjunto, tanto as representações da Agroecologia quanto a agricultura sustentável, construída por uma relação agricultor-natureza orientada pelo respeito,

cuidado, entre outros, quanto também à representação de agroecologia como estilo de vida, que envolve as relações dos agricultores não apenas com a natureza, mas também com os outros homens e com a sociedade, revelam outra perspectiva de agricultura, de homem e de sociedade. Não mais na dicotomia agricultor-natureza, regida por uma lógica de exploração e exclusão, na qual o próprio agricultor se torna excluído da dinâmica de produção. São representações que revelam uma diferença, na qual o agricultor não está separado da natureza e, sim, parte dela, numa lógica de inclusão do agricultor na dinâmica produtiva e de preservação da natureza, numa perspectiva na qual agricultores, animais e natureza fazem parte do sistema de produção de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas terras das montanhas gerais agrotóxico não tem lugar, porque as famílias agricultoras querem vida, alimentos saudáveis, cultura, Educação do Campo e poesia no ar. Que Alegria! Viva a Agroecologia!

A realização desta pesquisa tem origem na experiência e vivências do Programa de Estudos (Agro)Ecologia dos Saberes. Além disso, na fase de elaboração do projeto, identificaram-se variações e interpretações diversas e divergentes de Agroecologia, que, no Movimento Nacional da Educação do Campo, tem sido tema recorrente em diversas experiências educativas, além ser assumida no movimento como matriz científico-técnica inovadora na geração de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade (MOLINA et al., 2012). No entanto, identificou-se que ainda são escassos os estudos que abordam a temática Educação do Campo e Agroecologia. Assim, delineou-se como objetivo desta pesquisa analisar as representações sociais e as práticas educativas dos Intercâmbios Agroecológicos, enquanto uma experiência educativa de articulação da Agroecologia e da Educação do Campo, que se encontra em desenvolvimento na Zona da Mata de Minas Gerais.

O Movimento Nacional da Educação do Campo tem-se afirmado na sociedade nos últimos 15 anos, por ser um conjunto de lutas dos movimentos sociais/sindicais do campo em defesa de um novo paradigma de educação e de escola do campo, articulado a outra lógica de desenvolvimento de campo e sociedade.

Considerando que os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia correspondem à mesma matriz histórica social, entende-se a necessidade de estabelecer diálogos entre esses dois campos de conhecimentos que têm em comum a

luta pela terra e pela vida; o enfrentamento do agronegócio; o protagonismo das organizações e movimentos sociais/sindicais; outra concepção de educação; e a afirmação de outro projeto de desenvolvimento de campo e sociedade.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo e a Agroecologia representam o rompimento de paradigmas em busca da emancipação e protagonismo das famílias agricultoras como produtoras de conhecimentos, pesquisadoras de suas próprias experiências, reivindicando alternativas que contemplem seus modos de produção de vida, trabalho e cultura.

Nas análises, identificou-se que a experiência educativa dos Intercâmbios Agroecológicos, desenvolvida a partir do protagonismo das organizações e movimentos sociais/sindicais do campo em parcerias do CTA-ZM com a UFV, revela que, além da conjugação de estratégias metodológicas diversas – Método Campesino a Campesino, História de Vida e Caminhada Transversal; e afirmação dos pressupostos da Pedagogia freiriana e da Educação Popular, tem possibilitado a criação de novos diálogos. Além disso, esta pesquisa também revelou que o Intercâmbio Agroecológico se caracteriza enquanto prática educativa inovadora na formação das famílias agricultoras em Agroecologia, que tem buscado consolidar uma abordagem de agroecologia popular, com espaços diversos de construção do diálogo, tanto no interior dos Intercâmbios quanto nas organizações e movimentos sociais/sindicais do campo e de experiências regionais de Educação do Campo.

Afirmar a existência de uma abordagem de agroecologia na experiência estudada provoca, por sua vez, pensar sobre os desafios da Agroecologia tanto no âmbito do Movimento da Educação do Campo quanto da ABA-Agroecologia e da própria experiência de Intercâmbios Agroecológicos em curso.

No Movimento da Educação do Campo, um dos desafios se refere à ampliação da compreensão de Agroecologia para além da “matriz científico-técnica inovadora na afirmação de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. Isso implica incorporar a essa compreensão de agroecologia, enquanto matriz científico-técnica, a dimensão de movimento e de agroecologia popular, ou seja, a compreensão de agroecologia popular pensada e desenvolvida com e a partir das experiências dos povos do campo, de maneira a potencializar os seus modos de produção de vida, trabalho e cultura e romper com a lógica do agronegócio.

A abordagem de agroecologia popular na experiência estudada também provoca pensar as práticas educativas de Agroecologia no âmbito da educação

formal, especificamente nos cursos de níveis profissionalizantes, de graduação e de pós-graduação. A compreensão de agroecologia popular nesse contexto implica desafios na consolidação e afirmação da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social, articulada na transformação social e no diálogo com a Educação do Campo e com os saberes dos povos do campo.

Nesse sentido, o diálogo entre esses dois campos de conhecimentos também pode ser potencializado no âmbito da ABA-Agroecologia, a exemplo do que ocorreu no I Seminário Nacional de Agroecologia e Educação, em 2013. Traz, todavia, o debate específico da Educação do Campo para a pauta de discussão.

Nas considerações deste estudo, o diálogo entre Agroecologia e Educação do Campo, além de fomentar a prática da abordagem da Agroecologia Popular, evidencia perspectivas para o fortalecimento da Educação do Campo e da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais, à medida que tem ampliado e dado visibilidade às experiências agroecológicas desenvolvidas com o protagonismo dos sujeitos do campo e articuladas com outra lógica de desenvolvimento de campo e sociedade. Nessa perspectiva, a difusão de práticas educativas de Educação do Campo e Agroecologia Popular indica possibilidades para que possam avançar nos debates e ações tanto da Política Nacional de Agroecologia quanto da Política Nacional da Educação do Campo. A articulação entre essas políticas, no sentido de catalisar forças e aprendizados, pode contribuir para avançar na consolidação de outro projeto de desenvolvimento de campo e sociedade no cenário nacional.

Na especificidade das representações sociais dos agricultores sobre Agroecologia, este estudo revela um conjunto de compreensões e significados que, por sua vez, podem contribuir para ações futuras do movimento agroecológico na região. Nesse aspecto, se muitos agricultores enfatizam a dimensão técnica e ambiental da agroecologia, também emerge no grupo dos entrevistados uma representação de agroecologia que valoriza sua dimensão política e social, principalmente no tocante às interações sociais. Acredita-se ser essa rerepresentação um dos potenciais da experiência dos Intercâmbios Agroecológicos que, por sua vez, necessitam ser mais bem compreendidas e utilizadas em ações futuras no fortalecimento do movimento regional da Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1998.

ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e coevolução humana na natureza. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Ed.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 1, 214 p.

ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação** (UFMG), v. 21, p. 81-94, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. Agroecologia e sua epistemologia. **Revista Interciência**, v. 37, n. 9, Sept. 2012.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma educação do campo**: campo-políticas públicas-educação. 1. ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v. 7, p. 67-86.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde** (Online), v. 7, p. 35-64, 2009.

CALDART, R. S. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2000, Caxambu, MG. **Resumos...** Caxambu, MG, 2000.

CALDART, R. S. A Educação do campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel. (Org.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2010. p. 145-187.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 15, p. 43-75, 2000.

CARDOSO, I. M. **Programa de extensão**: (agro)ecologia dos saberes. Edital 58/2010 (CNPq/MDA/SAF), 2010.

CARDOSO, I. M.; MANCIO, A. B. Conhecimento científico e popular na construção da agroecologia. In: LANA, R. P.; GUIMARÃES, G.; VELOSO, C. M.; MACHADO, T. M. M.; SOUZA, M. R. M.; MÂNCIO, A. B.; LIMA, D. V.; SILVA, J. C. P. M. (Org.). SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, 2., 2010, Viçosa, MG. **Anais...** Viçosa, MG: Imprensa Universitária, UFV, 2010. p. 259-269.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Agriculturas**, v. 13, p. 28-32, 2006. Disponível em: <<http://agriculturas.leisa.info>>.

COSTA, L. M. V. D. L.; CARDOSO, I. M.; SILVA, B. de M. Agricultores/as agroecológicos/as e sua relação com a natureza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA – Agroecologia e os biomas brasileiros, 7., 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2011.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 133-145.

FERNANDES, B. M. MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: EMIR, Sader; JINKINGS, Ivana. (Org.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. v. 1, p. 820-821.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira conferência nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, C. M. (Org.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 19-63.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 21, 184 p. (Col. O Mundo, Hoje).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOMES, J. C. C. As muitas dimensões da pesquisa em agroecologia. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 4-5, 2006.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (Ed. Téc.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GOMES, J. C. C.; MEDEIROS, C. A. B. Bases epistemológicas para a ação e pesquisa em agroecologia: da ciência eficiente à ciência relevante. In: SOUSA, I. S. F. de; CABRAL, J. R. F. (Org.). **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Brasília: Expressão Popular, 2005.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento** – Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 1, p. 17-31, 2012.

MOLINA, M. C. **Cultivando princípios, conceitos e práticas da educação do campo**. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 2009. v. 15, p. 30-39.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: Nead, 2010. v. 1, 211 p.

MOLINA, M. C. Residência agrária: concepções e estratégias. In: MOLINA, Monica Catgana; ESMERALDO, Gema; NEUMANN, Pedro; BERGAMASCO, Sonia (Org.). **Educação do campo e formação profissional**: a experiência do programa residência agrária. 1. ed. Brasília: Nead, 2009. v. 1, p. 17-28.

MOREIRA, V. D. L.; BRENO, M.; DAYRELL, L. S.; CARNEIRO, J. J. Intercâmbios para troca de saberes – Fortalecendo a Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, nov. 2009.

PALUDO, C. Da raiz herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação do e no campo: um olhar para a trajetória de educação do MST. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2007.

PESQUISA SOCIAL: **teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PALUDO, C.; CALDART, R. S.; DOLL, Johannes (Org.). **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006. 160 p.

PETERSEN, P.; DAL SÓGLIO, F.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas Brasileiras. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RIBEIRO, S. S.; BARBOSA, W. A. Saberes agroecológicos. Entrelaçando o popular e o científico. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, MG, v. 31, p. 12-17, 2005.

ROSA, P. P. V.; FREIRE, J. M. **Agroecologia**: saber científico ou popular? Breves contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos. [S.l.]: Universidade Federal Fluminense, 2010. n. 22, 193 p.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1, 190 p.

SILVA, M. do S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-93.

SILVA, L. H.; MIRANDA, É. L.; ZANELI, F. V.; BHERING, M. S. Troca de saberes: novos enfoques metodológicos na construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata mineira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1.; FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS – Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 1., 2012, PELOTAS, RS. **Resumos...** Pelotas, RS, 2012. ISSN: 2179-3624.

SOUZA, M. A. **Educação e movimentos sociais do campo**: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007. 1. ed. Curitiba: UFPR, 2010. v. 1, 328 p.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. *Agron. Sustain. Dev.* 2009. Disponível em: <www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 23 jan. 2012.

VILLAR, J. P.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; DAL SOGLIO, F. K. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Org.). **Agroecologia princípios e reflexões**. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013. v. 1, p. 37-72.

VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, Ilma F. (Org.). **Escola e movimento social**: experiências em curso no campo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1, 216 p.

VENDRAMINI, C. R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: MDA/MEC, 2010. v. 1, p. 127-135.

VENDRAMINI, C. R. Educação do campo: educação virada para o futuro? In: CANÁRIO, Rui; RUMMERT, Sonia Maria (Org.). **Mundos do trabalho e aprendizagem**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Educa, 2009. v. 1, p. 97-105.

ZANELI, F. V.; SILVA, L. H.; MIRANDA, É. L.; CARDOSO, I. M. Intercâmbios agroecológicos: encontros entre educação do campo e agroecologia na Zona da Mata, MG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA – Construindo princípios e diretrizes, 1., 2013, Recife, PE. **Resumos...** Recife, 2013.

ZANELI, F. V.; SILVA, L. H.; MIRANDA, É. L.; CARDOSO, I. M. Formação de agricultores em agroecologia: a experiência educativa dos Intercâmbios Agroecológicos, 2013. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre. **Resumos...** Porto Alegre, 2013.

ANEXOS

FOLDER DA PESQUISA DE CAMPO

I Intercâmbio Agroecológico do Polo Mineiro da Rede Juçara (REJU)



Tema:
Uso Sustentável da
Palmeira Juçara



Local: Comunidade do Estouro, Município de Araponga-MG

Data: Sábado, 30 de novembro de 2013 às 13h

Informações:

(31) 3892 2000 CTA e (31) 8355-4636 Secretaria de Agricultura de Araponga

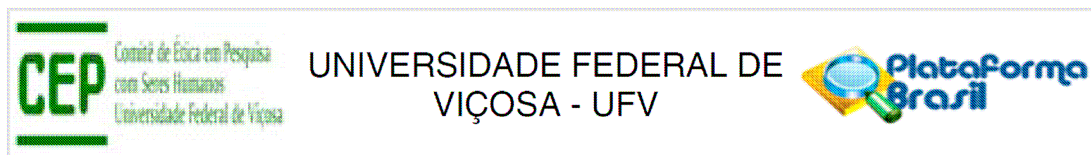
Realização:

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
Secretaria de Agricultura de Araponga
Projeto Agroecologia de Saberes
Polo Mineiro da Rede Juçara

Apoio:



PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação do Campo e Agroecologia: Perspectivas e Desafios

Pesquisador: Lourdes Helena da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 16249213.0.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 272.183

Data da Relatoria: 13/05/2013

Apresentação do Projeto:

TRATA-SE DE PESQUISA SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL JUNTO A AGRICULTORES ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTOS ACERCA DA

Objetivo da Pesquisa:

GERAL: Analisar as representações sociais e práticas educativas de agroecologia construídas no campo da Educação do Campo.

ESPECÍFICOS:

- Analisar na produção teórica nacional da Educação do Campo, identificando as representações sociais e práticas educativas construídas sobre agroecologia;
- Caracterizar o Programa Intercâmbios Agroecológicos, como uma prática de Educação do Campo, em seus aspectos históricos, princípios e práticas educativas;
- Identificar as representações sociais dos agricultores sobre agroecologia;
- Compreender as interfaces entre Educação do Campo e Agroecologia;
- Identificar perspectivas para o fortalecimento da Educação do Campo e da Agroecologia na Zona da Mata Mineira.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

DE ACORDO COM DECLARAÇÕES DOS PESQUISADORES:

Endereço: Campus da UFV Prédio da Divisão de Saúde
Bairro: Divisão de Saúde **CEP:** 36.571-000
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-3783 **Fax:** (31)3899-3783 **E-mail:** cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 272.183

"Essa pesquisa não oferecerá risco de identificação dos sujeitos entrevistados, uma vez que será proposto aos participantes a escolha de nomes fictícios, assegurando sua privacidade."

QUANTO AOS BENEFÍCIOS, DIZEM OS PESQUISADORES: "Esta pesquisa busca apresentar contribuições para que a Educação do Campo e Agroecologia possam avançar na construção, em nossa sociedade, de outro projeto de desenvolvimento do campo e de sociedade."

ASSIM, PERCEBE-SE QUE, DO PONTO DE VISTA MANIFESTO PELOS PESQUISADORES NO FORMULÁRIO DA PLATAFORMA, OS BENEFÍCIOS PARA OS ENVOLVIDOS NA PESQUISA NÃO SÃO PESSOAIS E NEM DIRETOS.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ATENDEM AOS REQUISITOS LEGAIS

Recomendações:

SERIA INTERESSANTE PREVER UMA REUNIÃO NO CTA PARA DEVOLUÇÃO E DEBATE DOS DADOS, COMO FORMA DE BENEFÍCIO DIRETO AOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

NÃO HÁ PENDÊNCIAS

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessária a apresentação do Relatório Final e após a aprovação desse, deve ser encaminhado o Comunicado de Término dos Estudos.

Projeto aprovado em reunião realizada no dia 13/05/2013.

Endereço: Campus da UFV Prédio da Divisão de Saúde
Bairro: Divisão de Saúde **CEP:** 36.571-000
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-3783 **Fax:** (31)3899-3783 **E-mail:** cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 272.183

VICOSA, 14 de Maio de 2013

Assinador por:
Patrícia Aurélia Del Nero
(Coordenador)

Endereço: Campus da UFV Prédio da Divisão de Saúde
Bairro: Divisão de Saúde **CEP:** 36.571-000
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-3783 **Fax:** (31)3899-3783 **E-mail:** cep@ufv.br